



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
(9ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA)

Em razão da aprovação do **Requerimento nº 98/23**, de autoria da **Comissão de Assuntos Sociais** a Sessão Ordinária de **QUINTA-FEIRA**, dia **09/03/23**, será transformada em **Comissão Geral para debater o Projeto de Lei nº 3.069 de 2022**, que **"Dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de iluminação pública no Distrito Federal, e dá outras providências."**

ORDEM DO DIA

SESSÃO ORDINÁRIA DE

8 DE MARÇO DE 2023

MESA DIRETORA
(ATO DO PRESIDENTE Nº 28/23 – DCL 14/02/23)
PRESIDENTE
DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB)
VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO RICARDO VALE (PT)
1ª SECRETARIA
DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)
SUPLENTE
DEPUTADO PEPA (PP)
2ª SECRETARIA
DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL)
SUPLENTE
DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR)
3ª SECRETARIA
DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)
SUPLENTE
DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)
CORREGEDOR
DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL)
OUIDOR
DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD)
PROCURADORA ESPECIAL DA MULHER
DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR)
PROCURADORIA ESPECIAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – PRO 60+
DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES (LIDERANÇAS)			
AGREMIÇÕES PARTIDÁRIAS		LÍDERES	VICES
BLOCO A FORÇA DA FAMÍLIA JAQUELINE SILVA (AGIR), DOUTORA JANE (AGIR), PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP), PEPA (PP), JOÃO CARDOSO (AVANTE), PAULA BELMONTE (CIDADANIA), ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PMN).	07	JOÃO CARDOSO (AVANTE)	PAULA BELMONTE (CIDADANIA)
BLOCO UNIÃO DEMOCRÁTICO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD), JORGE VIANNA (PSD), EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) E MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)	04	JORGE VIANNA (PSD)	EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)
PL JOAQUIM RORIZ NETO (PL), ROOSEVELT VILELA (PL), THIAGO MANZONI (PL) E DANIEL DONIZET (PL)	04	DANIEL DONIZET (PL)	JOAQUIM RORIZ NETO (PL)
MDB HERMETO (MDB), IOLANDO (MDB), WELLINGTON LUIZ (MDB),	03	IOLANDO (MDB)	HERMETO (MDB)
PT CHICO VIGILANTE (PT), RICARDO VALE (PT) GABRIEL MAGNO (PT)	03	CHICO VIGILANTE (PT)	RICARDO VALE (PT)
BLOCO PARLAMENTAR PSOL/PSB FÁBIO FELIX (PSOL), MAX MACIEL (PSOL) E DAYSE AMARILIO (PSB)	03	FÁBIO FELIX (PSOL)	DAYSE AMARILIO (PSB)
MINORIA	01	GABRIEL MAGNO (PT)	
MAIORIA	01	ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PMN)	
GOVERNO	01	ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	IOLANDO (MDB)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

COMISSÕES PERMANENTES

(ATO DO PRESIDENTE Nº 27/23 DCL 01/01/2023 e 60/23 DCL 13/01)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Thiago Manzoni (PL)	Joaquim Roriz Neto (PL)
Vice -Presidente	Chico Vigilante (PT)	Gabriel Magno (PT)
Membros	Robério Negreiros (PSD)	Martins Machado (REPUBLICANOS)
	Fábio Felix (PSOL)	Max Maciel (PSOL)
	Iolando (MDB)	Hermeto (MDB)
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Eduardo Pedrosa (UNIÃO)	Martins Machado (REPUBLICANOS)
Vice -Presidente	Joaquim Roriz Neto (PL)	Daniel Donizet (PL)
Membros	Paula Belmonte (CIDADANIA)	João Cardoso (AVANTE)
	Jaqueline Silva (AGIR)	Doutora Jane (AGIR)
	Jorge Vianna (PSD)	Robério Negreiros (PSD)
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Dayse Amarílio (PSB)	Ricardo Vale (PT)
Vice Presidente	Max Maciel (PSOL)	Fábio Felix (PSOL)
Membros	João Cardoso (AVANTE)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
	Martins Machado (REPUBLICANOS)	Eduardo Pedrosa (UNIÃO)
	Pastor Daniel de Castro (PP)	Jorge Vianna (PSD)
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Chico Vigilante (PT)	Gabriel Magno (PT)
Vice-Presidente	Jorge Vianna (PSD)	João Cardoso (AVANTE)
Membros	Hermeto (MDB)	Pepa (PP)
	Daniel Donizet (PL)	Pastor Daniel de Castro (PP)
	Iolando (MDB)	Dayse Amarílio (PSB)
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Fábio Felix (PSOL)	Max Maciel (PSOL)
Vice-Presidente	Ricardo Vale (PT)	Gabriel Magno (PT)
Membros	João Cardoso (AVANTE)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
	Rogério Morro da Cruz (PMN)	Doutora Jane (AGIR)
	Jaqueline Silva (AGIR)	Iolando (MDB)
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Hermeto (MDB)	Iolando (MDB)
Vice-Presidente	Pepa (PP)	Pastor Daniel de Castro (PP)
Membros	Gabriel Magno (PT)	Chico Vigilante (PT)
	Daniel Donizet (PL)	Roosevelt Vilela (PL)
	Eduardo Pedrosa (UNIÃO)	Rogério Morro da Cruz (PMN)
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Gabriel Magno (PT)	Chico Vigilante (PT)
Vice-Presidente	Dayse Amarílio (PSB)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
Membros	Thiago Manzoni (PL)	Roosevelt vilela (PL)
	Jorge Vianna (PSD)	Robério Negreiros (PSD)
	Ricardo Vale (PT)	Martins Machado (REPUBLICANOS)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

COMISSÃO DE SEGURANÇA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Doutora Jane (AGIR)	Jorge Vianna (PSD)
Vice-Presidente	Pastor Daniel de Castro (PP)	Pepa (PP)
Membros	Roosevelt Vilela (PL)	Thiago Manzoni (PL)
	Hermeto (MDB)	João Cardoso (AVANTE)
	Iolando (MDB)	Jaqueline Silva (AGIR)
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO		
	Titulares	Suplentes
	Daniel Donizet (PL)	Thiago Manzoni (PL)
Vice-Presidente	Paula Belmonte (CIDADANIA)	João Cardoso (AVANTE)
Membros	Doutora Jane (AGIR)	Jaqueline Silva (AGIR)
	Rogério Morro da Cruz (PMN)	Jorge Vianna (PSD)
	Joaquim Roriz Neto (PL)	Martins Machado (REPUBLICANOS)
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Paula Belmonte (CIDADANIA)	João Cardoso (AVANTE)
Vice-Presidente	Ricardo Vale (PT)	Gabriel Magno (PT)
Membros	Robério Negreiros (PSD)	Jorge Vianna (PSD)
	Dayse Amarílio (PSB)	Chico Vigilante (PT)
	Max Maciel (PSOL)	Fábio Felix (PSOL)
COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Max Maciel (PSOL)	João Cardoso (AVANTE)
Vice-Presidente	Martins Machado (REPUBLICANOS)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
	Pepa (PP)	Pastor Daniel de Castro (PP)
	Gabriel Magno (PT)	Chico Vigilante (PT)
	Fábio Felix (PSOL)	Rogério Morro da Cruz (PMN)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS E ESPECIAIS

COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - 2023

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs
Presidente - Roosevelt Vilela (PL)	Daniel Donizet (PL)
Vice-Presidente - Pastor Daniel de Castro (PP)	Pepa (PP)
Thiago Manzoni (PL)	Joaquim Roriz Neto (PL)
Ricardo Vale (PT)	Gabriel Magno (PT)
Paula Belmonte (CIDADANIA)	João Cardoso (AVANTE)
Robério Negreiros (PSD)	Jorge Vianna (PSD)
Hermeto (MDB)	Iolando (MDB)

Ato do Presidente nº 28/23, publicado no DCL de 01/01/2023.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (REQ. Nº 01/23)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (REQ nº 01/23)		
	Titulares	Suplentes
Presidente	Chico Vigilante Lula da Silva (PT)	Gabriel Magno (PT)
Vice-Presidente	Jaqueline Silva (AGIR)	Paula Belmonte (CIDADANIA)
Relator	Hermeto (MDB)	Iolando (MDB)
Membros	Robério Negreiros (PSD)	Martins Machado (REPUBLICANOS)
	Joaquim Roriz Neto (PL)	Roosevelt Vilela (PL)
	Pastor Daniel de Castro (PP)	Pepa (PP)
	Fábio Felix (PSOL)	Dayse Amarilio (PSB)

Ato do Presidente nº 138/23, publicado no DCL de 07/02/2023.

SESSÃO ORDINÁRIA 8 DE MARÇO DE 2023 ÀS 15 HORAS

ITEM 1: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.921 de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “dispõe sobre o piso salarial do enfermeiro na rede privada de saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV) - CCJ

MENSAGEM Nº 184/18 – GAG. Razões do veto total: competência exclusiva da União para legislar sobre Direito do Trabalho (art. 22, I, da Constituição Federal).

Incluído na Ordem do Dia em 12/03/19. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 2: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 27 de 2019, de autoria do Deputado José Gomes, que “institui o Programa Qualifitec de qualificação profissional”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 140/19 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Incluído na Ordem do Dia em 17/09/19. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 3: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 102 de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “assegura, para as pessoas com deficiência, a reserva de, no mínimo, 10% dos cargos em comissão e das funções de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 195/19 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Incluído na Ordem do Dia em 24/09/19. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 4: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 90 de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de brigada profissional, composta exclusivamente por bombeiros civis, pelas unidades e estabelecimentos das redes pública e privada de saúde do Distrito Federal com frequência diária superior a 500 pessoas”.

Relator: Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS) - CCJ

MENSAGEM Nº 260/19 – GAG. Razões do veto total: medida contrária Norma Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal sobre segurança em edificações; contrariedade ao interesse público.

Incluído na Ordem do Dia em 05/02/20. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 5: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 18 de 2019, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 306/19 – GAG. Razões do veto parcial ao dispositivo § 5º, do art. 61, da Lei Complementar nº 840/2011, incluído pela emenda nº 1, transcrita no inciso II, do art. 1º: contrariedade ao princípio da isonomia; dispensa atestado de junta médica oficial para concessão de redução de jornada de trabalho no caso de deficiência de lesão medular – LM ou traumatismo raquimedular – TRM.

Incluído na Ordem do Dia em 03/03/20. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 6: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 745 de 2019, de autoria do Poder Executivo, que “institui o serviço voluntário dos agentes e especialistas socioeducativos integrantes da carreira Socioeducativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 354/19 – GAG. Relatório proferido de Derrubado Veto Parcial ao § 2º do art. 1º na Sessão Ordinária de 12/12. Razões do veto parcial § 2º do art. 1º e parágrafo único do art. 2º: dispositivos oriundos de emenda parlamentar; conteúdo de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 7: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.125 de 2018, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, as Olimpíadas de Ceilândia”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 7/20 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao princípio da isonomia e da impessoalidade (art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ao art. 37 da Constituição Federal); evento privado em calendário oficial do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 8: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 394 de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui e inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Dia Distrital dos Serviços de Lions Clube no Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 13/20 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao princípio da isonomia e da impessoalidade (art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ao art. 37 da Constituição Federal).

Indicação do Deputado Reginaldo Sardinha. **Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.**

ITEM 9: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 438 de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "institui e inclui, no calendário oficial do Distrito Federal, o Dia dos Profissionais de Enfermagem Forense, a ser celebrado anualmente no dia 25 de novembro".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 21/20 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao princípio da isonomia e da impessoalidade (art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ao art. 37 da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 10: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 455 de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, a Festa Junina do Nipo, a realizar-se na primeira quinzena de junho".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 395/19 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao princípio da isonomia e da impessoalidade (art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ao art. 37 da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 11: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 812 de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 419/19 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 15: dispositivo oriundo de emenda parlamentar que diminui universo de beneficiários ao incluir novo requisito, com potencial de perda de arrecadação sem estimativa de impacto orçamentário-financeiro (art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 12: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 813 de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD-n no Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 420/19 – GAG. Razões do veto parcial ao § 4º do art. 1º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 13: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 932 de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 28/20 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso VI do art. 2º e art. 4º: afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 14: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 411 de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que "dispõe sobre a realização de cursos de reanimação cardiopulmonar ou reanimação cardiorrespiratória e de manobra de Heimlich para os empregados de restaurantes, hotéis, motéis, boates, bares, lanchonetes e similares no Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 42/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, e art. 21, XIV, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 15: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 547 de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de energia elétrica darem publicidade às normas do Sistema de Compensação Energética Nacional que incentivam o uso de fontes de energia solar e eólica em ambientes residenciais no Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 50/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, IV, e art. 21, XII, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 16: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 990 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a reestruturação das tabelas de Cargos de Natureza Especial e em Comissão do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 124/20 – GAG. Razões do veto parcial aos dispositivos §§ 6º e 12 do art. 1º e § 2º do art. 3º: afronta ao princípio constitucional da eficiência (art. 37 da Constituição Federal); contrariedade ao disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 840, de 2011.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 17: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 525 de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “institui a política de incentivo ao desenvolvimento da produção de cervejas artesanais e orgânicas em pequena escala no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 137/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 6º e inciso III do art. 7º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 18: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 449 de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “dispõe sobre fornecimento de absorventes higiênicos para a população em situação de rua”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 142/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 19: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 988 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992, que cria as Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde e de Movimentação para os servidores da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências, e a Lei nº 6.133, de 6 de abril de 2018, que estabelece a Estratégia Saúde Família como modelo da atenção primária do Distrito Federal e promove medidas para seu fortalecimento”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 131/20 – GAG. Razões do veto parcial art. 3º e 4º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 20: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 547 de 2019, de autoria do Deputado José Gomes, que “dispõe sobre normas específicas de proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos distritais e de participação dos usuários na fiscalização da eficácia desses serviços e regulamenta o art. 30 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 100/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 3º; § 5º do art. 11; § 2º do art. 12; e incisos II e IV do art. 21: contrariedade ao interesse público; incompatibilidade com normativo federal (Lei nº 13.460, de 2017).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 21: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.106 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "suspende temporariamente a retenção dos valores objeto do art. 2º da Lei n. 4.636, de 25 de agosto de 2011, que 'Institui mecanismo de controle do patrimônio público do Distrito Federal, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Distrito Federal', na forma que especifica".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 155/20 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 1º e ao art. 2º: dispositivos oriundos de emenda parlamentar que inserem requisitos e limitações para as empresas beneficiárias; medidas comprometem a celeridade processual e geram encargos.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 22: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.041 de 2020, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que "dispõe sobre o Programa de Renda Temporária para os trabalhadores afetados pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 165/20 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao interesse público por gerar aumento de despesa em momento de queda de arrecadação.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 23: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 800 de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "assegura às gestantes a realização da ultrassonografia morfológica na rede pública de saúde do Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 192/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; competência legislativa da União para legislar sobre normas gerais sobre saúde (art. 24, XII, art. 198 e art. 200, da Constituição Federal) e contrariedade ao art. 9º da Lei Federal nº 8.080, de 1990).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 24: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 955 de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que "institui mecanismos de prevenção ao suicídio e de repressão administrativa ao comércio ilegal de organofosforados e carbamatos conhecidos como 'chumbinho', altera o art. 27 da Lei nº 414, de 15 de janeiro de 1993, que 'Dispõe sobre produção, armazenamento, comercialização, transporte, consumo, uso, controle, inspeção, fiscalização e destino final de agrotóxicos, seus componentes e afins no Distrito Federal e dá outras providências'".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 199/20 – GAG. Razões do veto total: produtos autorizados pelo MAPA e pela ANVISA, cuja vedação terá impacto significativo na produção agrícola do Distrito Federal; proposição desconsidera o impacto da retirada imediata desses produtos para a produção local.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 25: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.126 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus – Covid-19”

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 203/20 – GAG. Razões do veto parcial ao 5º, § 3º do art. 7º e §§ 3º e 5º do art. 11: art. 5º, e art. 11, §3º: estabelecimento de prioridades pode restringir o número de beneficiários; competência da SEDES para analisar a situação e estabelecer prioridades; art. 7º, §3º: violação ao princípio da proporcionalidade; art. 11, §5º: afronta ao princípio da livre iniciativa por interferência indevida em instituição financeira.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 26: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.053 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei n 5.691, de 2 de agosto de 2016, que ‘dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia da Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências’”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 227 /20 – GAG. Razões do veto parcial ao § 3º do art. 9º e inciso XXIV do art. 11, ambos do art. 1º do referido projeto, e ao art. 3º: ofensa ao princípio da segurança jurídica (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal); aumento de despesa via emenda parlamentar.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 27: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.079 de 2020, de autoria dos Deputados Rafael Prudente e Daniel Donizet, que “dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do novo coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 216/20 – GAG. Razões do veto total: afronta ao princípio da livre iniciativa e da livre concorrência (art. 170 da Constituição Federal); interferência em relações contratuais privadas.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 28: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.063 de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que “dispõe sobre a suspensão das cobranças das tarifas de consumo por parte das concessionárias de serviço público de energia elétrica, água potável e esgotamento sanitário, enquanto perdurar o estado de calamidade decretado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo federal nº 6 de 2020, na forma que especifica”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 220/20 – GAG. Razões do veto total: interferência indevida na gestão de contratos administrativos cuja gestão é reservada ao Poder Executivo; afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 29: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 37 de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 236/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 30: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.193 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que ‘dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências’”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 237/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º: dispositivo vetado já encontra parâmetro no art. 28 da LDO e no art. 150, §16, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 31: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.015 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural - FDR e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 239/20 – GAG. Razões do veto parcial ao § 6º do art. 3º, § 2º do art. 5º e § 2º do art. 8º: dispositivos inseridos por emenda parlamentar; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 32: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 30 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 38 da Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017, que institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, previsto no art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, e altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008’, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 238/20 – GAG. Razões do veto parcial aos incisos II e III do art. 1º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 33: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 944 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Habilitação Social e revoga a Lei nº 5.966, de 16 de agosto de 2017".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 252/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 4º e parágrafo único do art. 5º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 34: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.145 de 2020, de autoria do Deputado Fábio Felix, que "dispõe sobre medidas urgentes a fim de assegurar os direitos da População em Situação de Rua durante situação de emergência ou estado de calamidade pública e dá outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 255/20 – GAG. Razões do veto parcial ao arts. 2º e 3º: contrariedade ao princípio da reserva de administração e da separação de poderes; afronta ao regime jurídico das empresas privadas ao qual se submete a CAESB (art. 173, §1º, inciso II, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 35: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.259 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 274/20 – GAG. Razões do veto parcial ao §§ 1º e 4º do art. 1º e arts. 2º e 3º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sessão Extraordinária de 10/11/20: apreciado o veto ao art. 2º - **rejeitado**.

Demais itens pendentes de apreciação. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 36: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.050 de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que "dispõe sobre a inclusão de insumos produzidos pelos produtores rurais e agricultores do Distrito Federal nos cardápios das entidades públicas e dá outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 280/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 37: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.236 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Emergencial de Crédito Empresarial do Distrito Federal - PROCRED-DF em enfrentamento aos efeitos econômicos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19 e cria o seu Fundo Garantidor - FG/PROCRED-DF".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 286/20 – GAG. Razões do veto parcial ao §5º do art. 1º; § 8º do art. 3º; e §§ 1º, 3º e 4º do art. 8º: afronta ao princípio da isonomia ao abarcar categorias específicas; violação ao arts. 195, §3º da Constituição Federal e art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal; afronta ao princípio da separação dos poderes na determinação da quantidade de membros de Conselho de Administração.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 38: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 559 de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "altera dispositivos da Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013, que 'estabelece normas para o transporte de pais ou responsáveis por aluno matriculado na rede pública de ensino que residam nas áreas rurais, nos dias que especifica, e dá outras providências'".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 297/20 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso II do art. 1º: ampliação de benefício em descumprimento ao art. 71, §2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal que veda a concessão de gratuidade ou subsídio em serviço público prestado de forma indireta sem a correspondente fonte de custeio.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 39: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 44 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "desafeta área pública de uso comum do povo para criação de lotes na Avenida MN-3 da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, para implementar projeto urbanístico especial referido no art. 104 da Lei Complementar nº 314, de 1º de setembro de 2000, e dá outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 293/20 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 1º: dispositivo já contemplado pela norma ou referente a áreas já registradas em outros normativos.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 40: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.214 de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “altera a Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, que institui o serviço de bancas de jornais e revistas e áreas anexas no Distrito Federal e dá outras providências; a Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e trailer para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências; e a Lei nº 4.748, de 2 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a regularização, a organização e o funcionamento das feiras livres e permanentes no Distrito Federal; e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 301/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 41: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 561 de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “estabelece diretrizes para a instituição do Programa de Redução de Danos no Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 308/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 6º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 42: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.244 de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que “dispõe sobre a criação de medida excepcional para proteção social dos atletas, paratletas, técnicos, guias, chamadores e Calheiros em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 313/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 43: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.212 de 2020, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “dispõe sobre a prorrogação excepcional da validade de documentos e a suspensão das vistorias dos permissionários de transportes escolares do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 312/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal e art. 14 da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 44: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.127 de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que "institui, no Distrito Federal, a obrigatoriedade de os estabelecimentos autorizados pelo governo do Distrito Federal a funcionar no período da pandemia fornecerem máscaras, luvas e álcool em gel, gratuitamente, aos seus funcionários e dá outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 311/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal e art. 14 da Lei Orgânica do Distrito Federal); necessidade de lei específica para tratar sobre isenções, remissões, anistias e benefícios tributários (art. 131, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 45: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 665 de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização, pelas agências bancárias estabelecidas no Distrito Federal, de funcionário exclusivo para atendimento aos idosos nos terminais de autoatendimento".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 309/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União e violação ao princípio da livre iniciativa (art. 22, I, e art. 170 da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 46: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.133 de 2020, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que "dispõe sobre garantias de liberdade individual e proteção de dados pessoais no monitoramento inteligente para combate a pandemias e dá outras providências".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 315/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, IV, e art. 21, XI, da Constituição Federal).

Sessão Extraordinária de 10/11/20: apreciado veto parcial ao art. 7º (Dep. Julia Lucy) - **mantido**.

Demais itens pendentes de apreciação.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 47: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 15 de 2019, de autoria do Deputado José Gomes, que "altera a redação do art. 2º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código Tributário do Distrito Federal, a fim de adicionar ao art. 2º o inciso IV".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 316/20 – GAG. Razões do veto total: competência privativa da União (art. 149, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 48: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.346 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "suspende os prazos de validade dos concursos públicos homologados e vigentes no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 319/20 – GAG. Razões do veto parcial ao §4º do art. 1º: dispositivo inserido via emenda parlamentar; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 49: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 937 de 2020, de autoria do Deputado Fábio Felix, que "dispõe sobre os pontos de apoio para trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte individual privado de passageiros nas Regiões Administrativas do Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 343/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 5º: dispositivo inserido via emenda parlamentar; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 50: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 677 de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que "altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 337/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 51: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 467 de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "institui a Política Distrital para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 351/20 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 7º: Iniciativa reservada ao chefe do Poder (art. 71, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal) fere o princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e nos termos do art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 52: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 217 de 2019, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “estabelece diretrizes para a concessão de incentivo financeiro às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 348/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 53: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 45 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 889, de 24 de julho de 2014, que dispõe sobre a composição do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN e dá outras providências”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 360/20 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso III que acrescenta o § 4º ao art. 2º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; afronta ao princípio da isonomia (art. 2º, parágrafo único, da Lei Orgânica do Distrito Federal)..

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 54: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 473 de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “institui o Sistema de Bibliotecas Escolares no âmbito do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 374/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 55: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.196 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os empregos em comissão na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 359/20 – GAG. Razões do veto parcial ao § 2º, do art. 1º; e arts. 3º e 4º: competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre organização e funcionamento da administração do Distrito Federal (art. 100, inciso X, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 56: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 232 de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que "institui a Semana Distrital de Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e dá outras providências".

Relator: Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS) - CCJ

MENSAGEM Nº 393/20 – GAG. Razões do veto parcial art. 2º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 57: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.496 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 396/20 – GAG. Razões do veto parcial aos §§ 3º, 4º e 5º do art. 1º, e ao art. 3º: dispositivos oriundos de emenda parlamentar sem apresentação de estimativa de impacto financeiro-orçamentário (arts. 14 e 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 58: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 948 de 2020, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "altera a Lei nº 5.532, de 28 de agosto de 2015, que 'dispõe sobre a divulgação semestral de dados concernentes aos contratos de locação de imóveis firmados pelo Poder Executivo do Distrito Federal'".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 422/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 100, VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 59: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 723 de 2019, de autoria do Deputado Iolando, que "dispõe sobre a proibição de cobrança de taxas pelos serviços de religação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e de abastecimento de água e saneamento básico em caso de corte por falta de pagamento".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 419/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XII, b, da Constituição Federal)

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 60: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 58 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "homologa o Convênio ICMS 155/19, de 10 de outubro de 2019, que autoriza as unidades federadas que menciona a instituir programa de anistia de débitos fiscais relativos ao ICMS, e institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – Refis-DF 2020".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 388/20 – GAG. Razões do veto parcial ao § 4º do art. 2º; inciso III do art. 4º; §§ 6º e 7º do art. 6º; §§ 1º e 3º do inciso II do art. 7º; e art. 17:

- §4º do art. 2º: jurisprudência do STF autoriza a previsão de parcelamento de débitos decorrentes de sonegação, fraude ou conluio;
- §§ 6º e 7º do art. 6º: condicionante inserida é incompatível com a certeza jurídica que se deve emprestar à confissão do débito fiscal;
- §§ 1º e 3º do art. 7º: inadequação ao objetivo da norma;
- art. 17: a fiscalização do REFIS deve ser exercida pelos órgãos de controle como Tribunal de Contas do Distrito Federal e o Ministério Público.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 61: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.711 de 2017, de autoria dos Deputados Chico Vigilante Lula da Silva e Roosevelt Vilela, que "dispõe sobre o cancelamento da inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos e a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial que, de qualquer forma, adquirir, distribuir, entregar, armazenar, possuir em depósito, transportar, vender ou expuser à venda mercadoria de origem ilícita ou não comprovada e dá outras providências".

Relator: Deputado Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 440/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 62: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.176 de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que "proíbe, nos horários de maior fluxo de veículos, a realização de serviços e obras que afetem ou possam afetar o livre fluxo nas vias urbanas".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 439/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 63: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 991 de 2020, de autoria do Deputado Hermeto, que "dispõe sobre a utilização de medidor de efluentes para lançamento na rede pública de coleta de esgotos e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 447/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 64: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.456 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 448/20 – GAG. Razões do veto parcial ao §2º do art. 39: dispositivo inserido por emenda parlamentar cujo tema já é tratado na proposição.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 65: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 439 de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 450/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 66: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 63 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, que cria o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 454/20 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso II do art. 1º: dispositivo inserido por emenda parlamentar que dificulta o cadastramento para acesso a serviços públicos.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 67: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 770 de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “dispõe sobre a instalação de ar-condicionado nos veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 477/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 68: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 967 de 2020, de autoria do Deputado Leandro Grass, que "estabelece incentivos para incremento das atividades econômicas lideradas por mulheres no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 493/20 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso IV do art. 2º e §§ 1º e 2º do art. 3º: competência legislativa privativa da União (art. 22, VII, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal); criação de incentivos fiscais exige lei específica (art. 131, I, Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 69: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 450 de 2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que "dispõe sobre a divulgação de informações referentes à aplicação de recursos provenientes de multas de trânsito aplicadas no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 497/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 70: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.203 de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "restringe, no Distrito Federal, a implantação de portarias virtuais em condomínios habitacionais".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 496/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 71: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 372 de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "dispõe sobre a concessão de porte de arma de fogo para o Agente Socioeducativo do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 500/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I e XXI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 72: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 34 de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "institui diretrizes e dispõe sobre a adoção de medidas em caso de interdição em unidade escolar da rede pública de ensino e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 506/20 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XXVI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal); previsão genérica de dispensa de licitação não prevista em norma federal; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 73: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.224 de 2020, de autoria do Deputado Valdelino Barcelos, que "institui o Programa de Segurança, Revitalização, Conservação, Manutenção e Modernização das paradas de ônibus no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 505/20 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 74: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.235 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a criação da Carreira de Atividades Previdenciárias do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev/DF e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 521/20 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 14: vedação em lei federal de concessão de vantagem, aumento ou adequação de remuneração a servidores públicos até 31 de dezembro de 2021 (art. 8º, inciso VI, da Lei Complementar nº 173, de 2021).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 75: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 694 de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "garante o direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos a mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 5/21 – GAG. Razões do veto parcial ao §1º do art. 1º: atendimento ao pleito exige adaptação da rede pública hospitalar; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 76: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.490 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da carreira Assistência Pública à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal, e cria a carreira Técnica em Enfermagem no quadro de pessoal do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 18/21 – GAG. Razões do veto parcial ao §2º do art. 4º, §3º do art. 10, parágrafo único do art. 11 e §2º do art. 13: aumento de despesa para a administração pública; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 77: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 70 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Fundo de Modernização, Manutenção e Reparelhamento dos Órgãos de Auditoria de Atividades Urbanas e de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas - Fundafau e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 17/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso IX do art. 2º e inciso VI do art. 3º: técnica legislativa; não enquadramento ao conceito constitucional de taxa e contradição.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 78: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.637 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Serviço Voluntário Gratificado”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 19/21 – GAG. Razões do veto total: alterações parlamentares em contradição ao objetivo inicial do projeto enviado pelo Poder Executivo; iniciativa reservada ao Poder Executivo em matéria de direito financeiro.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 79: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.566 de 2020, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “institui a política de acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 23/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso I do art. 7º; arts. 11 e 15; e parágrafo único do art. 19: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); competência privativa da União para legislar sobre direito processual (art. 22, I, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 80: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.057 de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre o uso de espaço para colocação de painéis com indicadores de empregos nos terminais de ônibus e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 28/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 81: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.563 de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de telas de proteção nas janelas, que não sejam travadas, em todos os apartamentos, que não sejam no térreo, em que morem crianças, mesmo que eventualmente”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 27/21 – GAG. Razões do veto total: alega competência privativa do Poder Executivo para legislar sobre proteção à infância e violação ao princípio da proporcionalidade por não acolher meios menos gravosos de restrição.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 82: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 984 de 2020, de autoria do Deputado João Cardoso, que “dispõe sobre a instalação de tomadas de energia destinadas a assegurar carga elétrica em baterias de aparelhos de telefonia celular e outros equipamentos eletrônicos, nas localidades que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 26/21 – GAG. Razões do veto total: competência privativa da União para legislar sobre relações contratuais (direito civil) (art. 22, inciso I, da Constituição Federal); matéria não se enquadra na iniciativa concorrente para tratar da defesa do consumidor.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 83: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.955 de 2018, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre o custeio de danos materiais causados por apenados, presos e detentos custodiados nos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 25/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, inciso I, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 84: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 510 de 2019, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 24/21 – GAG. Razões do veto total: afronta ao art. 5º incisos X e XII da Constituição Federal; contrariedade à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 2018).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 85: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 957 de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012 que ‘Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal’”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 40/21 – GAG. Razões do veto parcial aos incisos II, III e IX do art. 1º:

- inciso II: permite a deficiente auditivo concorrer a vagas reservadas a deficientes; contrariedade a normas gerais da União e iniciativa reservada do Poder Executivo;
- inciso III: definição de deficiência auditiva, unilateral ou bilateral, para fins de enquadramento como deficiente para reserva de vagas; contrariedade a normas gerais da União e iniciativa reservada do Poder Executivo;
- inciso IX: estabelece critérios para nulidade de questões nas provas; critérios incongruentes em caso de nulidade de questão.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 86: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.120 de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de toda a rede pública e privada de saúde do Distrito Federal solicitar os dados das pessoas curadas que contraíram o vírus causador da Covid-19 (novo coronavírus), a fim de que sejam enviados os respectivos dados ao sistema próprio disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 43/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 87: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 888 de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “altera a Lei nº 6.025, de 19 de dezembro de 2017, que ‘dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Distrito Federal’, para estimular a participação dos proprietários ou possuidores de imóveis rurais, pessoas físicas ou jurídicas a aderirem ao Projeto Produtor de Águas - PPA”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 42/21 – GAG. Razões do veto total: existência de arcabouço legal pretérito e ações em andamento.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 88: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.207 de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que “veda a venda casada de produtos e serviços com a garantia estendida ou seguro congênere, e assegura direitos ao consumidor do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 47/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso IV do art. 2º: dispositivo condiciona fornecedor a valor máximo do serviço sem respaldo no princípio da razoabilidade; intervenção estatal indevida na atividade econômica.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 89: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.166 de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “assegura aos pacientes com doença renal crônica em tratamento de hemodiálise e diálise, bem como aos pacientes com neoplasia maligna em tratamento de quimioterapia e radioterapia, atendimento prioritário para vacina, testes rápidos ou RT-PCR e sorológico para diagnóstico de Covid-19 ou outras doenças virais relacionadas a pandemia, epidemia ou endemia”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 49/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 90: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.134 de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que “dispõe sobre o direito dos usuários do sistema de saúde do Distrito Federal, seja ele público ou privado, da garantia de assistência fisioterapêutica, 24 horas, nas unidades de terapia intensiva”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 50/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 91: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 972 de 2020, de autoria do Deputado João Cardoso, que “institui a política voltada à plenitude emocional da mulher no campo, no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 54/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 5º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 92: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 915 de 2020, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a obrigação da administração do Aeroporto Internacional de Brasília de disponibilizar funcionário para auxiliar os idosos na retirada de suas bagagens no momento do desembarque”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 62/21 – GAG. Razões do veto total: competência exclusiva da União para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária (art. 21, inciso XII, alínea "c", da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 93: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.738 de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que “altera a Lei 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que 'dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal' e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 72/21 – GAG. Razões do veto total: contrariedade ao interesse público; estabelecimento de tratamento diferenciado não razoável entre entidades religiosas e pessoas jurídicas de direito privado, em desconformidade com o art. 44, inciso IV, do Código Civil e com o art. 19, inciso I, da Constituição Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 94: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.569 de 2020, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “altera a Lei nº 6.573, de 8 de maio de 2020, de autoria do Poder Executivo, que 'Institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus - Covid-19'”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 79/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 95: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.206 de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que “institui a Política de Reciclagem de Resíduos Veiculares - PRRV - e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 98/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa legislativa privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal) e afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 96: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.668 de 2021, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de comprovante de vacinação contra a Covid-19 em todos os atos administrativos do governo do Distrito Federal, para acesso a qualquer benefício social e para matrícula na rede de ensino pública e privada e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 104/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 97: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.725 de 2021, de autoria dos Deputados Arlete Sampaio, Chico Vigilante Lula da Silva e Fábio Félix, que “institui benefício emergencial para a população em situação de vulnerabilidade social do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 115/21 – GAG. Razões do veto total: criação de benefício sem indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 203, §3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 195, § 5º, da Constituição Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 98: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.620 de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “altera a Lei nº 5.470, de 23 de abril de 2015, que determina a publicação pelos sindicatos, na rede mundial de computadores, das ações e das respectivas prestações de contas relativas às contribuições e às demais verbas recebidas, no âmbito do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 114/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal) e contrariedade ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 99: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.728 de 2021, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “dispõe sobre a transparência e logística de vacinação contra a Covid-19 dos profissionais que trabalham em hospitais públicos e privados no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 113/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 100: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.254 de 2020, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "altera a Lei nº 1.670, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o direito de visita a pacientes internados na rede hospitalar do Distrito Federal, e a Lei nº 2.804, de 25 de outubro de 2001, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Distrito Federal, para incorporar o direito do paciente a teleconsulta, nos casos que especifica".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 112/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 101: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.177 de 2020, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "dispõe sobre a remuneração do Trabalho em Período Definido – TPD em situações de decretação de emergência na saúde pública do Distrito Federal, bem como altera a Lei nº 6.137, de 20 de abril de 2018, que cria a remuneração por Trabalho em Período Definido – TPD e prevê outras medidas para garantir a assistência à saúde no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 131/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 102: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.387 de 2020, de autoria dos Deputados Arlete Sampaio e Leandro Grass, que "estabelece diretrizes a serem observadas na definição da tarifa residencial social dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 132/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 103: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.322 de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "estabelece a isenção da cobrança de diária de estadia de veículos automotores em depósito (pátio legal), para os proprietários que forem retirá-los no mesmo dia do recolhimento pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 133/21 – GAG. Razões do veto total: matéria regulamentada em lei federal (art. 271, §10, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB)).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 104: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.862 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de táxis, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 125/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 3º: dispositivo oriundo de emenda parlamentar que gerou aumento de despesa sem estimativa de impacto orçamentário-financeiro (art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 105: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 259 de 2019, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a obrigação das operadoras de telefonia fixa ou móvel de garantirem a identificação das chamadas telefônicas, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 153/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; matéria de competência da União (art. 21, inciso IX, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 106: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 605 de 2019, de autoria do Deputado Martins Machado, que “altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências, para inserir o art. 48-A, a fim de determinar a inclusão, no edital do processo de escolha, de fase de apresentação de documento faltante”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 157/21 – GAG. Razões do veto total: matéria estabelece tratamento diferenciado entre os candidatos; afronta ao princípio da igualdade.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 107: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.706 de 2021, de autoria do Deputado Fábio Félix, que “institui sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 162/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 108: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.389 de 2020, de autoria do Deputado Leandro Grass, que “dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 163/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; aumento de despesa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 109: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 267 de 2015, de autoria do Poder Executivo e Deputado Cristiano Araújo, que “institui o Programa Primeira Infância - PPI, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 175/21 – GAG. Razões do veto total: criação de ação governamental sem estimativa de impacto orçamentário, em desconformidade com os arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 110: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.792 de 2021, de autoria dos Deputados Rafael Prudente e Cláudio Abrantes, que “altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 176/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; aumento de gastos sem indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 203, §3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 195, § 5º, da Constituição Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 111: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.371 de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “proíbe o uso de elevadores públicos ou privados por criança ou pessoa com deficiência intelectual ou mental sem autonomia plena para o exercício da vida civil, desacompanhada de pessoa maior de 18 anos com capacidade jurídica plena, no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 179/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; matéria de competência legislativa privativa da União.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 112: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 25 de 2019, de autoria do Deputado Iolando, que "dispõe sobre procedimentos para inspeções de pontes e viadutos no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 180/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 113: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.218 de 2020, de autoria do Deputado Iolando, que "proíbe hospitais públicos e privados de recusar o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmação de doença causadora de epidemia, pandemia ou endemia, em caso de decretação de estado de emergência ou calamidade pública, no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 181/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; iniciativa legislativa privativa da União para editar normas gerais sobre Saúde (art. 24, XII, 198 e 200, da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 114: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.903 de 2021, de autoria do Poder Executivo e Júlia Lucy, que "dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte de turismo, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19".

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 192/21 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 2º e 4º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI. Indicação da Deputada Júlia Lucy.

ITEM 115: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.139 de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "institui a obrigatoriedade de os hospitais públicos e privados informarem a quantidade de leitos com respiradores e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 189/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 116: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 950 de 2020, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “dispõe sobre a disponibilização de QR Code em todas as placas de obras públicas no Distrito Federal, para leitura e fiscalização eletrônica por dispositivos móveis”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 199/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 117: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.249 de 2020, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “dispõe sobre o desconto tarifário de energia elétrica sobre o consumo decorrente da utilização de aparelhos para tratamento de oxigenoterapia domiciliar, no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 200/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 21, XII, b, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal) e afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 118: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.084 de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “altera a Lei nº 3.361, de 15 de junho de 2004, que institui reserva de vagas, nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno, para alunos oriundos de escolas públicas do Distrito Federal, para atualizar o sistema de reserva de vagas no ensino público de nível técnico e superior, à luz da Lei federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 213/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 119: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 670 de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “institui a cobrança, a título de compensação financeira, pelo uso oneroso de equipamentos de monitoração eletrônica por preso ou apenado no Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 217/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 120: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 979 de 2020, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de permissionários do serviço de transporte coletivo de passageiros de instalar cabines de proteção nos veículos desse serviço”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 224/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal); alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 121: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.331 de 2020, de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, que “estabelece regras para as relações de consumo quando da oferta de cestas básicas por supermercados, hipermercados e demais estabelecimentos comerciais”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 225/21 – GAG. Razões do veto total: afronta ao princípio da livre iniciativa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 122: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.818 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação da unidade de conservação denominada Monumento Natural do Rio Descoberto, situada na Região Administrativa de Ceilândia - RA IX”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 227/21 – GAG. Razões do veto total: emendas parlamentares aprovadas alteraram a área original proposta, em contrariedade aos estudos técnicos que subsidiaram a proposição original.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 123: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.143 de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “estabelece indicadores e metas progressivas para a administração pública no setor de energia sustentável”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 238/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º, II; ao art. 3º, I, "a" e "b", II, "b", III, "b", IV, "a" e "b"; e ao art. 5º: contrariedade ao interesse público; inviabilidade técnica e econômica.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 124: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.173 de 2020, de autoria do Deputado Iolando, que “regulamenta no Distrito Federal a Lei federal nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 288/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal e art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal); inconstitucionalidade de lei distrital ou estadual que disponha sobre condições do exercício ou criação de profissão.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 125: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 416 de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “concede gratuidade de ingresso aos cronistas esportivos ativos, nas áreas de imprensa, nos locais de realização de todo e qualquer evento esportivo no Distrito Federal”.

Relator: Deputado Reginaldo Sardinha (PL) - CCJ

MENSAGEM Nº 243/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º: afronta ao princípio da igualdade (art. 5º da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 126: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 201 de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “estabelece diretrizes a serem observadas na formulação da Política Distrital de Atendimento e Diagnóstico às Pessoas com Transtorno de Espectro Autista, no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 295/21 – GAG. Razões do veto parcial aos incisos VIII e IX do §1º do art. 2º e ao inciso I do §2º do art. 2º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 127: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.657 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 302/21 – GAG. Razões do veto ao inciso VIII do art. 22: contrariedade ao interesse público; as sanções previstas contrariam a natureza dos incentivos fiscais.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 128: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 77 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal, altera a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências, e altera a Lei nº 5.135, de 12 de julho de 2013, que dispõe sobre alienação de imóveis na Vila Planalto e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 228/21 – GAG. Razões do veto parcial ao §11 do art. 5º e ao §4º do art. 7º: não atendimento às políticas de diretrizes do governo.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 129: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.907 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 6.421, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações com a cesta básica de alimentos, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 231/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 130: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.735 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da carreira Assistência Pública à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal, e cria a carreira Gestão e Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal no quadro de pessoal do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 332/21 – GAG. Razões do veto parcial ao §5º do art. 16: incremento de despesa indireta.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 131: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.286 de 2020, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “estabelece regras para as relações de consumo, para coibir oferta enganosa e prática abusiva, e as formas de afixação de preços de combustíveis pelos postos de abastecimento no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 261/21 – GAG. Razões do veto total: entende ser mais benéfico ao consumidor a divulgação das informações tratadas na forma estabelecida no Decreto Federal nº 102.634, de 22 de fevereiro de 2021.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 132: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.507 de 2020, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “dispõe sobre a instituição do fomento emergencial de amparo à agricultura familiar do Distrito Federal, para mitigar os impactos socioeconômicos relacionados à pandemia de Covid-19 e a outras situações adversas decorrentes do estado de calamidade pública, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 262/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; proposição não acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro (art. 113 do ADCT).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 133: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.752 de 2017, de autoria dos Deputados Chico Vigilante Lula da Silva e Ricardo Vale, que “altera a Lei nº 938, de 20 de outubro de 1995, que dispõe sobre a publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, da relação das compras, obras e serviços contratados pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica, Fundacional e das sociedades de economia mista de quaisquer Poderes do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 269/21 – GAG. Razões do veto total: proposição estabelece formalismo que compromete a eficácia e eficiência da alocação de recursos; Decisão Normativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 01/2012 já estabelece critérios de publicidade.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 134: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 353 de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 270/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 135: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 34 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 272/21 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 9º: evitar vinculação de despesa para permitir maior flexibilidade na alocação orçamentária.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 136: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.915 de 2021, de autoria do Deputado Delmasso, que "cria a política pública de participação das organizações da sociedade civil no apoio à manutenção de espaços públicos no Distrito Federal, denominada Nossa Quadra".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 278/21 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 3º e ao art. 7º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 137: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 880 de 2020, de autoria dos Deputados Delmasso e Rafael Prudente, que "institui as diretrizes para a Política Distrital de Fomento ao Artesanato Popular e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 287/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 5º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 138: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 660 de 2019, de autoria do Deputado Martins Machado, que "institui diretrizes para a Política Distrital de Incentivo à Geração de Energia no âmbito das unidades do sistema penitenciário do Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 290/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 139: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.930 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências", o qual se converteu na Lei nº 6.934, de 05 de agosto de 2021".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 304/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso IV do art. 13 e § 2º do art. 88; §§ 2º e 3º do art. 14 e art. 23; §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 21; art. 22; §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 29; § 2º do art. 30; art. 54; arts. 55 e 56; art. 72; art. 75; § 1º do art. 88; itens do Anexo I; itens do Anexo IV; itens do Anexo XIII - Subfunção 243, 181.182 e 183; inadequação técnica e/ou contrariedade ao interesse público.

Sessão Ordinária de 13/10/21: apreciado veto parcial ao Anexo IV (itens: 2.8.1 – reposição de perdas inflacionárias da carreira de Defensor Público do Distrito Federal; 2.8.2 – equiparação a carreiras análogas; 2.8.3 – reajuste do teto limitador da Gratificação De Titulação – GTIT Para Defensor Público Para Analista de Apoio À Assistência Judiciária) – **rejeitado**.

Sessão Ordinária de 26/10/21: apreciado veto parcial ao art. 56 – **rejeitado**.

Sessão Ordinária de 09/11/21: apreciado veto parcial ao Anexo IV (subitens 2.11.1 e 2.11.2 do item 2.11 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDS) – Dep. Arlete Sampaio – **rejeitado**.

Sessão Extraordinária de 14/12/21: apreciação veto parcial ao Anexo IV (Item II - 2.2.2 – Restruturação da remuneração e da carreira técnico em enfermagem; 2.2.3 – Restruturação da remuneração e da carreira de enfermeiros; 2.2.6 - Restruturação da remuneração e da carreira especialista em saúde) – **rejeitado**.

Sessão Extraordinária de 09/03/22: apreciação veto parcial ao Anexo IV (Item II - 2.6.1 – Restruturação de carreira e provimentos da Unidade Procon. Alteração de Estrutura de Carreira e Aumento de Remuneração) – **rejeitado**.

Acordo de Líderes Reunião de 07/10/21.

Demais itens pendentes de apreciação. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 140: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.986 de 2021, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Feminicídio, que "dispõe sobre a isenção temporária de pagamento de tarifa nas linhas de transporte coletivo de ônibus e metrô às mulheres em situação de violência e seus dependentes, no Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 308/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 141: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.059 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 310/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 5º: entendeu não ser recomendável que se imponha ao cidadão a participação em programa de capacitação para acessar o benefício.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 142: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.797 de 2021, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que "torna obrigatória a aquisição de uniformes, por parte do Governo do Distrito Federal e de suas empresas contratadas prestadoras de serviços, das indústrias sediadas no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 327/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 143: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.051 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a autorização para a implantação de tarifa de remuneração distinta da tarifa usuário para o Serviço de Transporte Público Complementar Rural – STPCR e para a Cooperativa Brasileira de Transportes Autônomos, Escolares, Turismo e Especiais do Distrito Federal – Coobrataete, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 328/21 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 10, 11 e 12: dispositivos provenientes de emendas parlamentares que importam aumento de despesa ou renúncia de receita sem indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); necessidade de pertinência temática das emendas parlamentares em proposições de iniciativa do Poder Executivo (art. 71, §3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 144: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.597 de 2020, de autoria do Deputado Delmasso, que "institui no Distrito Federal o Estatuto da Juventude e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 350/21 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 10; 12; 19; ao parágrafo único do art. 21; 23; 28; 30; 37; 40 e 47: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 145: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 83 de 2021, de autoria da Mesa Diretora, que "recepção, no Distrito Federal, o teor da Lei federal nº 14.131, de 30 de março de 2021, dispondo sobre o percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 358/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 146: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.418 de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que "institui a campanha permanente de combate aos golpes financeiros e à violência patrimonial praticados contra pessoas idosas no Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 380/21 – GAG. Razões do veto total: ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 71, §2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 147: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.229 de 2020, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de escolas, creches, berçários, escolas maternas e similares das redes pública e privada de manterem, durante cada turno e em atividades externas, pelo menos 1 funcionário habilitado em curso de procedimentos de primeiros socorros, no Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 387/21 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; necessidade de estudos para implementação da proposta na Secretaria de Educação e ajustes quanto aos Termos de Colaboração nos serviços prestados via Organização da Sociedade Civil.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 148: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.237 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.421, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações com a cesta básica de alimentos".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 401/21 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º: dispositivo oriundo de emenda parlamentar que importa renúncia de receita sem estimativa de impacto orçamentário-financeiro (art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 149: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.276 de 2021 de autoria do Poder Executivo que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 39.791.190,00".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 413/21 – GAG. Razões do veto parcial ao anexo referente à emenda nº 09: dispositivo oriundo de emenda parlamentar; saldo insuficiente no programa de trabalho indicado para cancelamento e atendimento da despesa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 150: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.844 de 2021, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que “dispõe sobre a dispensa da cobrança de juros e multas moratórias sobre o valor total do IPVA e do IPTU dos exercícios 2020 e 2021, pagos em atraso, no Distrito Federal, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus – Covid-19”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 415/21 – GAG. Razões do veto total: criação de benefício fiscal que importa em renúncia de receita sem estimativa de impacto orçamentário e indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 151: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.672 de 2021, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços e permissionários de serviços de coleta de resíduos sólidos no Distrito Federal instalarem, nos veículos de coleta, cabines ou suporte adequado e seguro para transporte de trabalhadores e colaboradores e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 423/21 – GAG. Razões do veto total: competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal e art. 17, da Lei Orgânica do Distrito Federal); alteração de equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos em vigor; iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 152: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 121 de 2019, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui, no Distrito Federal, a Política Pública Brasília Lixo Zero, Arquitetura Sustentável e Energia Renovável e dá outras providências”, o qual se converteu na Lei nº 6.982, de 29 de novembro de 2021”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 463/21 – GAG. Razões do veto parcial aos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, VII, VIII, X e XX: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; competência privativa do chefe do Poder Executivo para autorizar convênios e acordos com entidades públicas ou particulares (art. 100, XXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 153: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.649 de 2020, de autoria do Deputado Hermeto, que “cria o Banco de Dados de Reconhecimento Facial e Digital de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 468/21 – GAG. Proferido Relatório na Sessão de 10/05/22. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 154: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 993 de 2020, de autoria dos Deputados Eduardo Pedrosa e Iolando, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para pessoas com deficiência”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 476/21 – GAG. Razões do veto total: renúncia de receita sem estimativa de impacto orçamentário e indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 113 do ADCT.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 155: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.211 de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que “reconhece a atividade comercial de academias de esporte de todas as modalidades como serviços essenciais para a população do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 477/21 – GAG. Razões do veto total: competência administrativa própria do Poder Executivo (art. 100, XXV e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 156: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.277 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 492/21 – GAG. Razões do veto parcial aos artigos 2º e art. 4º: dispositivos oriundos de emendas parlamentares em desconformidade com a reserva de iniciativa do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 157: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.424 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 215.216.667,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 498/21 – GAG. Razões do veto parcial ao anexo referente as emendas nºs 16, 17, 27 e 32: saldo insuficiente nos respectivos programas indicados para cancelamento.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 158: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.252 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.906, de 19 de julho de 2021, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 521/21 – GAG. Razões do veto parcial aos §§ 1º e 2º do inciso II de seu art. 1º: dispositivos oriundos de emenda parlamentar que alteram regras para cálculo de apuração da receita corrente líquida; inviabilidade jurídica (art. 100, §8º, da Constituição Federal e art. 2º, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 159: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.419 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 526/21 – GAG. Razões do veto parcial à alínea "g" do inciso III do art. 1º e aos incisos VII e VII do art. 7º: dispositivos inseridos por emenda parlamentar que apresentam inexecuções técnicas.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 160: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.420 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 527/21 – GAG. Razões do veto parcial parágrafo único do art. 5º iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 161: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.421 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 523/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso II do art. 1º e ao parágrafo único, acompanhado de seus incisos, do art. 1º: necessidade de pertinência temática das emendas parlamentares em proposições de iniciativa do Poder Executivo (art. 71, §3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 162: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.347 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 79.251.385,00".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 546/21 – GAG. Razões do veto parcial aos anexos referentes as emendas nºs 4, 8, 11, 19, 21, 28, 30, 40, 44: dispositivos oriundos de emenda parlamentar; saldo insuficiente no programa de trabalho indicado para cancelamento e atendimento da despesa ou solicitação de cancelamento pelo autor da emenda.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 163: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.449 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 565/21 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso III do art. 1º: renúncia de receita sem estimativa de impacto orçamentário e indicação de fonte de custeio, em desconformidade ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao inciso I e §1º do art. 78 da LDO de 2021 do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 164: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 97 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "homologa o Convênio ICMS 190, de 20 de outubro de 2021, que revigora e altera o Convênio ICMS 155, de 10 de outubro de 2019, que autoriza as Unidades Federadas que menciona a instituir programa de anistia de débitos fiscais relativos ao ICMS na forma que especifica; e institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF 2021".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 569/21 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 11 e 12: incompatibilidade com os arts. 165 a 169 da Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional) e arts. 47 e 50 da Lei Complementar nº 4, de 1994 (Código Tributário do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 165: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.651 de 2020, de autoria do Deputado Hermeto, que "disciplina o uso de veículos aéreos não tripulados pelas unidades operacionais da Polícia Militar e pelos demais órgãos de segurança pública no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 16/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 3º: inviabilidade técnica e operacional alegada pelos órgãos competentes na execução da medida de aplicação do dispositivo nos cursos de formação dos policiais e militares.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 166: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 100 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 925, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 17/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 1º, no tocante ao inciso IX do § 2º do art. 2º da LC nº 925/2017, e ao art. 2º: dispositivo vetado exclui da regra de retorno ao Tesouro os recursos provenientes e destinados às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA; contrariedade ao interesse público, pois a medida excepcional pretendida no referido projeto é destinada exclusivamente aos recursos destinados à política habitacional; imprecisão técnica na redação do art. 2º do PLC vetado.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 167: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.320 de 2020, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de sessão de cinema adaptada a pessoas com transtorno do espectro autista e suas famílias, no Distrito Federal".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 18/22 – GAG. Razões do veto total: incompatibilidade da matéria ao ordenamento consumerista e às atribuições administrativas do Instituto de Defesa do Consumidor; proposição pode gerar o efeito reverso e afastar a integração dessas pessoas à sociedade, ocasionando discriminação indevida e prejudicial.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 168: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.224 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2022".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 20/22 – GAG. Razões do veto parcial às programações 28.846.0001.9099.0006 – Revisão Geral da Remuneração dos Servidores - Distrito Federal, no valor de R\$ 39.374.453,00; e 03.122.8211.6195.0008 – Concessão de Planos de Saúde aos Servidores - Distrito Federal, no valor de R\$ 5.000.000,00: programações inseridas pela emenda nº 580/2021 – CEOF; cancelamento de montante de locais considerados prioritários.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 169: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 88 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul – CLS, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 24/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 2º, inciso III, alínea "c" e § 3º; ao art. 7º, caput e §§ 1º, 2º e 3º; e ao art. 25, § 4º: contrariedade ao interesse público; ampliação de uso em desacordo com o projeto urbanístico.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 170: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 99 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais; e a Lei nº 5.190, de 25 de setembro de 2013, que dispõe sobre a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 25/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso III do art. 1º; ao art. 2º em sua totalidade; e ao Anexo Único: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sessão Ordinária de 19/04/22: apreciado veto parcial ao art. 2º e Anexo único – Dep. Roosevelt Vilela – **rejeitado.**

Demais itens pendentes de apreciação.

Indicação do Deputado Roosevelt Vilela. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 171: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 72 de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 58/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 1º, inciso II: dispositivo determina a competência da PGDF para exercer a assistência jurídica especializada às forças de segurança pública, na forma do art. 115 da Lei Orgânica do Distrito Federal; dispositivo está inserido em Seção da Lei Orgânica do Distrito Federal dedicada à Defensoria Pública; inviabilidade de Lei Complementar entregar a responsabilidade a órgão diverso.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 172: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.553 de 2022, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 174.151.567,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 120/22 – GAG. Razões do veto parcial aos anexos referentes as emendas nºs 68, 83, 173, 178, e 207: dotação com inconsistência técnica, solicitação de veto pelo autor e saldo insuficiente no programa de trabalho.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 173: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 116 de 2022, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “acrescenta o dispositivo que menciona à Lei Complementar nº 980, de 30 de dezembro de 2020, que “institui a Política de Atendimento Integrado da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências”, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 122/22 – GAG. Razões do Veto Total: em consulta ao Anexo IV da LDO/2022, verifica-se que não consta a autorização para compensação ou indenização aos membros e servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal, pelos dias de serviço em finais de semana, feriados ou qualquer dia e horário em que não houver expediente, bem como pelo exercício de outras atividades finalísticas ou administrativas extraordinárias, nos termos de ato fixado pelo Defensor Público Geral, conforme prevê o inciso IV, acrescentado pelo art. 1º do referido projeto de lei.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 174: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.557 de 2022, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 71.148.965,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 126/22 – GAG. Razões do veto parcial anexo referente as emendas nºs 43, 45 e 46: impossibilidade de execução da despesa (art. 150, §5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 175: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 69 de 2020, de autoria do Poder Executivo que “altera a Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências”, e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 136/22 – GAG. Razões do veto parcial aos incisos XXI e XXXVI, do seu art. 1º: adequação de técnica legislativa; contrariedade ao interesse público por permitir a ampliação do controle de vizinhança.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 176: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.589 de 2022, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 88.512.180,00”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 138/22 – GAG. Razões do veto parcial anexo referente as emendas nºs 6, 16, 17, 19, 53, 103: orientações técnicas que impossibilitam a execução da despesa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 177: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.880 de 2021, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “assegura ao consumidor do Distrito Federal o direito de solicitar a mudança de dados nas faturas de serviços essenciais de fornecimento de água e energia elétrica, nos casos que especifica”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 154/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 3º e ao inciso VII do art. 4º: contrariedade ao interesse do consumidor por prever prazo desfavorável; afronta ao princípio da segurança jurídica ao permitir que pessoa estranha à relação de consumo conste como devedora de serviços prestados.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 178: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.912 de 2021, de autoria do Deputado João Cardoso, que "altera a denominação dos cargos de Técnico de Gestão Educacional, Analista de Gestão Educacional, Monitor de Gestão Educacional e Agente de Gestão Educacional, bem como altera a Lei nº 5.106, de 3 de maio de 2013, que dispõe sobre a carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 161/22 – GAG. Razões do veto parcial ao art. 9º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 179: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.703 de 2021, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 164/22 – GAG. Razões do veto total: competência material exclusiva da União para organizar, manter e executar inspeção do trabalho (art. 21, XXIV, da Constituição Federal); competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal); iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 180: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.064 de 2021, de autoria do Deputado Leandro Grass, que "institui a Política Distrital de Dados Abertos e Transparência Ativa".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 165/22 – GAG. Razões do veto total: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 181: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.539 de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 504.897.965,00".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 168/22 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único do art. 1º: destinava parte do crédito suplementar para dotação à qual não cabe ou tipo de investimento ou destinação.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 182: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.711 de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 47.570.903,00".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 174/22 – GAG. Razões do veto parcial ao anexo referente as emendas nºs 34, 58, 66, 75, 94, 95, 96 e 97: dispositivos oriundos de vetos com inconsistências técnicas.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 183: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.709 de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 176/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso V do art. 5º, constante no inciso I do art. 1º: a forma de adesão dos empregados públicos está prevista em outro dispositivo, e ocorrerá mediante convênio ou contrato entre as respectivas entidades e o INAS.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 184: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.558 de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera as Leis nº 6.468, de 27 de dezembro de 2019, que reformula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II, cria o Programa Desenvolve-DF, regulariza situações consolidadas oriundas de programas de desenvolvimento anteriores e dá outras providências; nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, que complementa dispositivos do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal – PRÓ-DF II, aprovado pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; nº 4.169, de 8 de julho de 2008, que altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; e nº 4.269, de 15 de dezembro de 2008, que dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos programas de desenvolvimento econômico PROIN-DF, PRODECON-DF, PADES-DF e PRÓ-DF e dá outras providências, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 179/22 – GAG. Razões do veto parcial ao § 2º art. 1º; inc. VIII do §1º do art. 5º; inc. III do §4º do art. 7º; incs. V, VII, VIII, XVII e XXIV do art. 8º; art. 12 e 14: contrariedade ao interesse público; dúvidas interpretativas.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 185: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 809 de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 181/22 – GAG. Razões do veto parcial ao §2º do art. 8º; aos §§1º e 2º do art. 9º; ao art. 11; e ao art. 16: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; manutenção dos conselhos fiscal e de administração; criação de estrutura administrativa de liquidante inviabiliza a edição de normas para promover PDV por parte da Codeplan.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 186: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.312 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 182/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso VII do art. 4º; ao art. 5º; e ao art. 6º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; destinação de percentuais na forma proposta tornariam a operação deficitária.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 187: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.397 de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências; e a Lei nº 6.225, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários e a reinstituição dos benefícios que especifica, homologa o Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 183/22 – GAG. Razões do veto parcial ao inciso III do art. 79-A acrescido pelo inciso II do art. 1º do PL nº 2.397/22: inadequação ao regime constitucional de pagamentos de precatórios (art. 100 da Constituição Federal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 188: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.761 de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 229/22 – GAG. Razões do veto parcial:

- X do art. 3º; XI e §§ 2º e 3º do art. 21: restringem a atuação do gestor público na alocação de recursos;
- §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 27 e §3º do art. 28: criação de obrigação a órgãos do Poder Executivo; afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Art. 29: existência de sistema próprio;
- Art. 34: determinação legal de uso do superávit financeiro para pagamento de dívida pública; impossibilidade de uso para Fundo Solidário Garantidor;
- II e III do art. 35 e art. 52: matérias extrapolam o conteúdo estabelecido pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Distrito Federal para a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Art. 54 e alínea e) do §6º do art. 57: conceitos amplos que inviabilizam o controle na abertura do crédito;
- §4º do art. 62: restringe a atuação do gestor público na alocação de recursos;
- VETOS A ITENS DO ANEXO I, VETOS A ITENS DO ANEXO IV, VETOS A ITENS DO ANEXO V, VETOS A ITENS DO ANEXO XI, VETOS A ITENS DO ANEXO XIII: inviabilidade de execução.

Sessão Ordinária de 09/08/22: - apreciados os vetos parciais aos itens do Anexo I e os Itens 2.15.1; 2.15.2; 2.16.1; 2.16.2; 2.17.1; 2.17.2 do Anexo IV – Dep. Agaciel Maia - **rejeitados**

Sessão Ordinária de 23/08/22: Anexo IV, itens 2.2.23; 2.3.12; 2.3.13; 2.7.6; 2.7.7; 2.7.8; 2.10.4; 2.10.5; 2.26.4; 2.27.3 (Dep. Fábio Felix) e Anexo XI itens 5.1; 5.2; 5.3 e 5.4 – Dep. Delmasso – **rejeitados**

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 189: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 120 de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências, com fundamento no art. 52 da Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017, e altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 226/22 – GAG. Razões do veto parcial aos incisos I, VII e VIII do art. 1º; e ao § 9º acrescido pelo inciso X do art. 1º: iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); afronta ao princípio da separação dos Poderes inscrito no art. 2º da Constituição Federal e no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal; vedação de aumento de despesa nos 180 dias anteriores ao encerramento de mandato eletivo; criação de novos requisitos para investidura em cargos de direção que podem dificultar nomeação de gestores.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 190: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.749 de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o programa de acesso à justiça e fomento ao advogado iniciante”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 202/22 – GAG. Razões do veto parcial ao parágrafo único, do art. 2º; ao inciso I, do art. 3º; e ao § 2º, do art. 8º: contrariedade às atribuições da Secretaria de Justiça e aos parâmetros fixados em outros normativos.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 191: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.832 de 2022, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 98.426.441,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e um reais)”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 218/22 – GAG. Razões do veto parcial aos Anexos referentes às emendas nºs 28, 86, 115, 125, 164 e 177:
- 28 (Dep. Julia Lucy); 177 (Dep. Eduardo Pedrosa): inconsistência técnica;
- 86 (Dep. Jaqueline Silva); 115 (Dep. Reginaldo Sardinha); 125 (Dep. Arlete Sampaio); 164 (Dep. José Gomes): saldo insuficiente no programa de trabalho indicado para cancelamento; impossibilidade de execução integral/parcial do programa.

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 192: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 109 de 2022, de autoria do Deputado Delmasso, que “altera a Lei Complementar nº 937, de 22 de dezembro de 2017, que altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e dá outras providências”.

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 227/22 – GAG. Razões do veto parcial aos arts. 3º e 4º: redução de alíquota do ISS; benefício fiscal sem estudo de impacto econômico ou financeiro (art. 113, do ADCT).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 193: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.383 de 2021, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que "altera a Lei nº 2.402, de 15 de junho de 1999, que institui o Programa Bolsa Atleta, unificando os valores da bolsa destinada aos atletas e paratletas beneficiários do Programa Bolsa Atleta, e dá outras providências".

Relator: Deputada Jaqueline Silva (AGIR) - CCJ

MENSAGEM Nº 228/22 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 194: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.903 de 2022, de autoria do Poder Executivo que "Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 20.910.705,00".

Relator: Deputada - CCJ

MENSAGEM Nº 252/22 – GAG. Razões do veto parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 19 e 46 :. matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 195: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.886 de 2022, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados do Distrito Federal, com medidas necessárias para dar cumprimento e efetividade aos arts. 6º, XI e XII; 52, §2º; e 54-D da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990".

Relator: Deputada - CCJ

MENSAGEM Nº /22 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 196: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.952 de 2022, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "Regulamenta, no Distrito Federal, a aplicabilidade da Lei federal nº 14.282, de 28 de dezembro de 2021, que regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista".

Relator: Deputada - CCJ

MENSAGEM Nº /22 – GAG. Razões do veto total: matéria orçamentária sem apresentação de avaliação quanto à regularidade fiscal e geração de despesas (arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

(ACORDO DE LÍDERES 02/02 E 09/02)

ITEM 197: Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 177 de 2021 (Processo nº 22/20), de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Encaminha a Prestação de Contas do Governo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 2019, em consonância com o inciso XVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal."

Relator:	Deputado Agaciel Maia (PL)	- CEOF
	Deputada Jaqueline Silva (AGIR)	- CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Aprovados pareceres favoráveis da CEOF e CCJ. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

PROJETOS DE AUTORIA DOS DEPUTADOS EM HOMENAGEM **A SEMANA DA MULHER** **(ACORDO DE LÍDERES 27/02)**

ITEM 198: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.949 de 2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "Institui o "Agosto Lilás" como mês de proteção à mulher, a ser dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator:	Deputado Fábio Felix (PSOL)	- CDDHCEDP
	Deputado Thiago Manzoni (PL)	- CCJ

APROVADO EM 1º TURNO. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 199: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.776 de 2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "Dispõe sobre o Programa Distrital de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher".

Relator:	Deputado Fábio Felix (PSOL)	- CDDHCEDP
	Deputado Paula Belmonte (CIDADANIA)	- CEOF
	Deputado Thiago Manzoni (PL)	- CCJ

APROVADO EM 1º TURNO. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 200: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.788 de 2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "Dispõe sobre a prioridade de exames de mamografias em mulheres com idade a partir de 40 anos, com histórico familiar de câncer de mama e ou nódulos, em toda a rede de saúde pública do Distrito Federal".

Relator:	Deputada Arlete Sampaio (PT)	- CESC
	Deputada Dayse Amarilio (PSB)	- CAS
	Deputada Jaqueline Silva	- CEOF
	Deputado Thiago Manzoni (PL)	- CCJ

APROVADO EM 1º TURNO. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 201: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.908 de 2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade quanto ao acompanhamento por profissional de saúde do sexo feminino durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem de sedação ou anestesia que induzam a inconsciência do paciente e à presença de acompanhante durante os exames sensíveis".

Relator:	Deputada Leandro Grass (PV)	- CESC
	Deputada Dayse Amarilio (PSB)	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

APROVADO EM 1º TURNO. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 202: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 103 de 2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "Altera a Lei nº 6.713, de 10 de novembro de 2020, para implementar protocolo de segurança de prevenção, detecção e encaminhamento em situações de potenciais crimes contra a mulher", **em tramitação conjunta** com Projeto de Lei nº 106 de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Protocolo Por Todas Elas para prevenção e atuação imediata de apoio a vítimas de violência, assédio ou importunação de cunho sexual em estabelecimentos de lazer e entretenimento e cria o Selo Todos Por Elas".

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CCJ

APROVADO EM 1º TURNO. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 203: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.999 de 2022, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "Institui no Distrito Federal o Programa de Atenção à Saúde da Mulher no Climatério e na Menopausa."

Relator:	Deputado Gabriel Magno (PT)	- CESC
	Deputado Thiago Manzoni (PL)	- CCJ

APROVADO EM 1º TURNO. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 204: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 95 de 2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que "Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do distrito federal", para incluir o direito das lactantes à amamentação."

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 205: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.774 de 2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "Cria o "Programa de Apoio às mulheres com NTG - Neoplasia Trofoblástica Gestacional" no Distrito Federal".

Relator:	Deputado	- CESC
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CESC, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 206: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.778 de 2021, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 6.022, de 14 de dezembro de 2017, que assegura a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências, para promover a qualificação de mão-de-obra e a melhoria do nível educacional e cultural das mulheres em situação de violência doméstica".

Relator:	Deputada Jaqueline Silva	- CDDHCEDP
	Deputado Iolando (MDB)	- CAS
	Deputado	- CCJ

Aprovado parecer favorável da CDDHCEDP. A CAS e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 207: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 165 de 2023, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "Altera a Lei nº 6.795, de 26 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a criação do Programa de Prevenção a Endometriose e Infertilidade, no Distrito Federal, para instituir ações de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Doença de Endometriose."

Relator:	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 208: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.020 de 2021, de autoria do Deputado Iolando, que "Institui o Programa de Exame de Mamografia Móvel - MAMÓVEL".

Relator:	Deputado Delmasso (REPUBLICANOS)	- CESC
	Deputado Joaquim Roriz Neto (PL)	- CEOF
	Deputado	- CCJ

Aprovado parecer favorável da CESC. A CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 209: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.062 de 2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Dispõe sobre a concessão de benefício de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal e dá outras providências".

Relator:	Deputado Fábio Felix (PSOL)	- CDDHCEDP
	Deputado Jorge Vianna (PSD)	- CEOF
	Deputado	- CCJ

Aprovado parecer favorável da CDDHCEDP. Proferido parecer favorável da CEOF. Pedido de Vista da Deputada Paula Belmonte. A CCJ deverá se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 210: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 177 de 2023, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que "Assegura a priorização de procedimentos investigatórios que visem à apuração e responsabilização de crimes contra mulheres."

Relator:	Deputado	- CSEG
	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CSEG, CDDHCEDP, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 211: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 793 de 2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que "Institui a Política Distrital de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical e dá outras providências".

Relator:	Deputado	- CESC
	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CESC, CDDHCEDP, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 212: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.283 de 2021, de autoria do Deputado João Cardoso, que "Altera a Lei nº 6.564/2020, de 29 de abril de 2020, que estabelece que bares, restaurantes e casas noturnas adotem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco".

Relator:	Deputado Robério Negreiros (PSD)	- CAS
	Deputada Doutora Jane (AGIR)	- CSEG
	Deputado	- CCJ

Aprovados pareceres favoráveis da CAS e CSEG na forma do Substitutivo da CAS. A CCJ deverá se manifestar sobre o Projeto e o Substitutivo. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 213: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 116 de 2023, de autoria da Deputada Dayse Amarilio, que "Dispõe sobre a criação de política de amparo e cuidados à mulher em uso abusivo de álcool".

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 214: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 161 de 2023, de autoria dos Deputados Rogério Morro da Cruz e Doutora Jane, que "Altera a Lei nº 7.008, de 17 de dezembro de 2021, que "Institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências. ", com o objetivo de instituir o programa S.O.S Mulher".

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 215: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 164 de 2023, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz, que "Dispõe sobre a prioridade de mães solo, mulheres vítimas de violência doméstica ou de baixa renda na tomada de recursos destinados ao microcrédito pelo Governo do Distrito Federal, e dá outras providências."

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CAS CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 216: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.740 de 2022, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "Altera a Lei nº 6.976, de 17 de novembro de 2021, que "institui, no Distrito Federal, o Programa de Proteção à Policial Civil, Policial Militar e Bombeira Militar Gestantes e Lactantes e dá outras providências".

Relator:	Deputado Fábio Felix (PSOL)	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. Apresentada 01 emenda na CAS. A CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto e a emenda. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 217: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 159 de 2023, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "Institui mecanismo para coibição da violência contra a mulher e dá outras providências."

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CAS CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 218: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 175 de 2023, de autoria do Deputado Martins Machado, que "Institui diretrizes para o incentivo às Mulheres na Construção Civil e dá outras providências".

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 219: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 172 de 2023, de autoria do Deputado Martins Machado, que “dispõe sobre diretrizes dos direitos das mulheres trabalhadoras do setor primário e dá outras providências”.

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CAS
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CAS CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 220: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 179 de 2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “cria o programa intitulado “mulher em evidência”, nas redes pública e privada de ensino e dá outras providências”.

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CESC
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CAS CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 221: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 180 de 2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “institui o Código de Defesa da Mulher e dá outras providências”.

Relator:	Deputado	- CDDHCEDP
	Deputado	- CESC
	Deputado	- CEOF
	Deputado	- CCJ

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A CDDHCEDP, CESC CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o Projeto. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

PROJETOS DE AUTORIA DOS DEPUTADOS INDICAÇÃO LIVRE **(ACORDO DE LÍDERES 27/02)**

ITEM 222: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.477 de 2022, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "Institui a campanha de esclarecimento e divulgação das cores da órtese externa denominada "Bengala Longa", para fins de identificação da condição de seus usuários, e dá outras providências."

Relator: Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS) - CAS
Deputado Reginaldo Veras - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Aprovados Pareceres favoráveis da CAS e CCJ Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 223: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.031 de 2021, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "Assegura ao consumidor contratante de serviço público de distribuição de água e energia elétrica o direito de incluir o nome de seu cônjuge como titular adicional na fatura mensal de consumo no âmbito do Distrito Federal".

Relator: Deputado Eduardo Pedrosa (UNIÃO) - CDC
Deputado José Gomes (PP) - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Aprovados Pareceres favoráveis da CDC e CCJ, na forma do Substitutivo da CDC. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 224: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.729 de 2022, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o evento "Brasília Bike Camp".

Relator: Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS) - CAS
Deputado Fábio Felix (PSOL) - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Aprovados Pareceres favoráveis da CAS e CCJ Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 225: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 882 de 2020, de autoria do Deputado Jorge Vianna (PSD), que "Dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivo a Atividade Física para Idosos no âmbito do Distrito Federal".

Relator: Deputado Leandro Grass (PV) - CAS
Deputado Reginaldo Veras - CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Aprovados Pareceres favoráveis da CAS e CCJ Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 226: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.036 de 2021, de autoria do Deputado João Cardoso, que "Institui a Política Distrital de Atenção Integral à Pessoa com Síndrome Ehlers-Danlos (SED) ou com Transtornos do Espectro de Hiper mobilidade (TEH).".

Relator:	Deputada Arlete Sampaio (PT)	- CESC
	Deputado José Gomes (PP)	- CEOF
	Deputado Reginald Veras	- CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Aprovados Pareceres favoráveis da CESC, CEOF e CCJ Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 227: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.946 de 2021, de autoria do Deputado Iolando, que "Dispõe sobre laudos médicos destinados às pessoas com deficiência e dá outras providências".

Relator:	Deputado Jorge Vianna (PSD)	- CESC
	Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS)	- CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 228: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.364 de 2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que "Institui o método Wolbachia como diretriz complementar de Controle Biológico de combate ao mosquito denominado Aedes Aegypti, transmissor da dengue e de outras doenças".

Relator:	Deputado Jorge Vianna (PSD)	- CESC
	Deputado João Cardoso (AVANTE)	- CDESCMAT
	Deputado Roosevelt Vilela (PL)	- CEOF
	Deputado José Gomes (PP)	- CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 229: Discussão e votação, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 167 de 2021, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Délio Mendes".

Relator:	Deputado Fábio Felix (PSOL)	- CAS
	Deputada José Gomes (PP)	- CCJ

TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA. Votação nos termos do parágrafo único do art. 191 do RI.

ITEM 230: Discussão e votação, em Bloco, em turno único, dos **Requerimentos:**

- **RQ nº 194/23, de autoria do Deputado Ricardo Vale (PT)**, que “Requer a realização de comissão geral no dia 25 de maio de 2023 para debater os programas e iniciativas de criação de emprego e renda no Distrito Federal”;
- **RQ nº 237/23, de autoria do Deputado Max Maciel (PSOL)** que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação dos profissionais da educação, em especial dos monitores e professores substitutos.”;
- **RQ nº 244/23, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz (PMN)** que “Requer a realização de Audiência Pública, no dia 04 de maio de 2023, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, às 10h, para debater sobre a regulamentação do teletrabalho no âmbito do Distrito Federal”;
- **RQ nº 245/23, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz (PMN)** que “Requer a realização de Audiência Pública, no dia 11 de abril de 2023, às 19h, no Plenário desta Casa de Leis, para debate sobre a Regularização Fundiária Urbana e Rural no Distrito Federal.”;
- **RQ nº 246/23, de autoria do Deputado Max Maciel (PSOL)** que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a militarização das escolas públicas do Distrito Federal, no dia 11 de abril de 2023, às 10 horas, no Auditório desta Casa”;
- **RQ nº 247/23, de autoria de Vários Deputados** que “Requer a realização de sessão ordinária itinerante nos dias 28 e 29 do mês de março de 2023 em Ceilândia”; **(VOTAÇÃO NOMINAL)**

ITEM 231: Discussão e votação, em Bloco, em turno único, das **Moções:**

- **MO nº 44/23, de autoria do Deputado Jorge Vianna (PSD)** que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, como colaborador do Projeto Humanizar, implementado nas Unidade de Saúde do IGESDF”;
- **MO nº 45/23, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa (UNIÃO)** que “Hipoteca votos de louvor e parabeniza por Ato de Bravura o Policial Militar do Distrito Federal Yan Filipe Lopes Xavier, matrícula nº 736.764-3, lotado no Grupo Tático Operacional do 13º Batalhão (GTOP 33), por ter salvo uma criança de um mês que estava asfixiada.”;

VETOS LIDOS E PRAZOS

	DEPUTADO	PROPOSIÇÃO	EMENTA	PRAZO	SITUAÇÃO
1	Chico Vigilante	PL 1.921/2018	Dispõe sobre o piso salarial do enfermeiro na rede privada de saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 184/2018.	12/9/2018 (quarta-feira)	PAUTA
2	José Gomes	PL 27/2019	Institui o Programa Qualifitec de qualificação profissional. MENSAGEM Nº 140/2019.	12/9/2019 (quinta-feira)	PAUTA
3	Jorge Vianna	PL 102/2019	Assegura, para as pessoas com deficiência, a reserva de, no mínimo, 10% dos cargos em comissão e das funções de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 195/2019.	19/9/2019 (quinta-feira)	PAUTA
4	Jorge Vianna	PL 90/2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de brigada profissional, composta exclusivamente por bombeiros civis, pelas unidades e estabelecimentos das redes pública e privada de saúde do Distrito Federal com frequência diária superior a 500 pessoas. MENSAGEM Nº 260/2019.	20/11/2019 (quarta-feira)	PAUTA
5	Poder Executivo	PLC 18/2019	Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. MENSAGEM Nº 306/2019. (veto ao dispositivo § 5º, do art. 61, da Lei Complementar nº 840/2011, incluído pela emenda nº 1, transcrita no inciso II, do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 18/2019)	25/2/2020 (terça-feira)	PAUTA
6	Poder Executivo	PL 745/2019	Institui o serviço voluntário dos agentes e especialistas socioeducativos integrantes da carreira Socioeducativa do Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 354/2019. (veto ao § 2º do art. 1º e § único do art. 2º da Lei nº 6419/2019)	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
7	Robério Negreiros	PL 2.125/2019	Inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, as Olimpíadas de Ceilândia. MENSAGEM Nº 7/2020	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
8	Luzia de Paula	PL 394/2015	Institui e inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Dia Distrital dos Serviços de Lions Clube no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 13/2020.	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
9	Jorge Vianna	PL 438/2019	Institui e inclui, no calendário oficial do Distrito Federal, o Dia dos Profissionais de Enfermagem Forense, a ser celebrado anualmente no dia 25 de novembro. MENSAGEM Nº 21/2020.	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
10	Reginaldo Sardinha	PL 455/2019	Inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, a Festa Junina do Nipo, a realizar-se na primeira quinzena de junho. MENSAGEM Nº 395/2019.	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
11	Poder Executivo	PL 812/2019	Dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP. MENSAGEM Nº 419/2019. (veto ao art. 15 da Lei nº 6466/2019)	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
12	Poder Executivo	PL 813/2019	Institui o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD-n no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 420/2019. (veto ao § 4º do art. 1º da Lei nº 6467/2019)	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
13	Rafael Prudente	PL 932/2016	Institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências. MENSAGEM Nº 28/2020. (veto ao inciso VI do art. 2º e art. 4º da Lei nº 6487/2020)	20/03/20 (terça-feira)	PAUTA
14	João Cardoso	PL 411/2019	Dispõe sobre a realização de cursos de reanimação cardiopulmonar ou reanimação cardiopulmonar e de manobra de Heimlich para os empregados de restaurantes, hotéis, motéis, boates, bares, lanchonetes e similares no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 42/2020	30/3/2020 (segunda-feira)	PAUTA
15	Rafael Prudente	PL 547/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de energia elétrica darem publicidade às normas do Sistema de Compensação Energética Nacional que incentivam o uso de fontes de energia solar e eólica em ambientes residenciais no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 50/2020	30/3/2020 (segunda-feira)	PAUTA
16	Poder Executivo	PL 990/2020 SEI: 7925/2020-13	Dispõe sobre a reestruturação das tabelas de Cargos de Natureza Especial e em Comissão do Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 124/2020. (veto aos dispositivos §§ 6º e 12 do art. 1º e § 2º do art. 3º da Lei nº 6525/2020)	22/5/2020 (sexta-feira)	PAUTA
17	João Cardoso	PL 525/2019 SEI: 4701/2020-41	Institui a política de incentivo ao desenvolvimento da produção de cervejas artesanais e orgânicas em pequena escala no Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 137/2020. (veto ao art. 6º e inciso III do art. 7º da Lei nº 6536/2020)	29/5/2020 (sexta-feira)	PAUTA
18	Fábio Felix	PL 449/2019 SEI: 3693/2020-16	Dispõe sobre fornecimento de absorventes higiênicos para a população em situação de rua. MENSAGEM Nº 142/2020	29/5/2020 (sexta-feira)	PAUTA
19	Poder Executivo	PL 988/2020 SEI: 7929/2020-93	Altera a Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992, que cria as Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde e de Movimentação para os servidores da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências, e a Lei nº 6.133, de 6 de abril de 2018, que estabelece a Estratégia Saúde Família como modelo da atenção primária do Distrito Federal e promove medidas para seu fortalecimento. MENSAGEM Nº 131/2020	04/6/2020 (quinta-feira)	PAUTA
20	José Gomes	PL 547/2019 SEI: 7134/2020-85	Dispõe sobre normas específicas de proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos distritais e de participação dos usuários na fiscalização da eficácia desses serviços e regulamenta o art. 30 da Lei Orgânica do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 100/2020. (veto ao art. 3º, § 5º do art. 11, § 2º do art. 12 e incisos II e IV do art. 21 da Lei nº 6519/2020)	04/6/2020 (quinta-feira)	PAUTA
21	Poder Executivo	PL 1.106/2020 SEI: 13305/2020-13	Suspende temporariamente a retenção dos valores objeto do art. 2º da Lei nº 4.636, de 25 de agosto de 2011, que institui mecanismo de controle do patrimônio público	10/6/2020 (quarta-feira)	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

			do Distrito Federal, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Distrito Federal, na forma que especifica. MENSAGEM Nº 155/2020. (veto ao § único do art. 1º e art. 2º da Lei nº 6550/2020)		
22	Daniel Donizet	PL 1.041/2020 SEI: 11758/2020-05	Dispõe sobre o Programa de Renda Temporária para os trabalhadores afetados pela emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências. MENSAGEM Nº 165/2020	10/6/2020 (quarta-feira)	PAUTA
23	Jorge Vianna	PL 800/2019 SEI: 4004/2020-91	Assegura às gestantes a realização da ultrassonografia morfológica na rede pública de saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 192/2020	1º/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
24	José Gomes	PL 955/2020 SEI: 2877/2020-69	Institui mecanismos de prevenção ao suicídio e de repressão administrativa ao comércio ilegal de organofosforados e carbamatos conhecidos como 'chumbinho', altera o art. 27 da Lei nº 414, de 15 de janeiro de 1993, que 'Dispõe sobre produção, armazenamento, comercialização, transporte, consumo, uso, controle, inspeção, fiscalização e destino final de agrotóxicos, seus componentes e afins no Distrito Federal e dá outras providências'. MENSAGEM Nº 199/2020	1º/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
25	Poder Executivo	PL 1.126/2020 SEI: 13850/2020-00	Institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus – Covid-19. MENSAGEM Nº 203/2020. (veto ao art. 5º, § 3º do art. 7º e §§ 3º e 5º do art. 11 da Lei nº 6573/2020)	1º/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
26	Poder Executivo	PL 1.053/2020 SEI: 11449/2020-27	Altera a Lei nº 5.691, de 2 de agosto de 2016, que 'dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia da Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências'. MENSAGEM Nº 227/2020. (veto ao § 3º do art. 9º e inciso XXIV do art. 11, ambos do art. 1º do referido projeto e art. 3º da Lei nº 6582/2020)	10/8/2020 (segunda-feira)	PAUTA
27	Rafael Prudente e Daniel Donizet	PL 1.079/2020 SEI: 12577/2020-98	Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do novo coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 216/2020	8/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
28	Martins Machado	PL 1.063/2020 SEI: 12085/2020-01	Dispõe sobre a suspensão das cobranças das tarifas de consumo por parte das concessionárias de serviço público de energia elétrica, água potável e esgotamento sanitário, enquanto perdurar o estado de calamidade decretado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo federal nº 6 de 2020, na forma que especifica. MENSAGEM Nº 220/2020	8/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
29	Eduardo Pedrosa	PLC 37/2020 SEI: 12998/2020-19	Dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 236/2020	8/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
30	Poder Executivo	PL 1.193/2020 SEI: 17355/2020-61	Altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 237/2020. (veto ao art. 2º da Lei nº 6596/2020)	9/7/2020 (quinta-feira)	PAUTA
31	Poder Executivo	PL 1.015/2020 SEI: 10056/2020-04	Cria o Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR e dá outras providências. MENSAGEM Nº 239/2020. (veto ao § 6º do art. 3º, § 2º do art. 5º e § 2º do art. 8º da Lei nº 6606/2020)	15/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
32	Poder Executivo	PLC 30/2020 SEI: 6498/2020-48	Altera o art. 38 da Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017, que institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, previsto no art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, e altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências. MENSAGEM Nº 238/2020. (veto aos incisos II e III do art. 1º da Lei Complementar nº 969/2020)	15/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
33	Poder Executivo	PL 944/2020 SEI: 3840/2020-58	Institui o Programa Habilitação Social e revoga a Lei nº 5.966, de 16 de agosto de 2017. MENSAGEM Nº 252/2020. (veto ao art. 4º e § único do art. 5º da Lei nº 6613/2020)	22/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
34	Fábio Felix	PL 1.145/2020 SEI: 13953/2020-61	Dispõe sobre medidas urgentes a fim de assegurar os direitos da população em situação de rua durante situação de emergência ou estado de calamidade pública e dá outras providências. MENSAGEM Nº 255/2020. (veto aos arts. 2º e 3º da Lei nº 6616/2020)	22/7/2020 (quarta-feira)	PAUTA
35	Poder Executivo	PL 1.259/2020 SEI: 20248/2020-11	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. MENSAGEM Nº 274/2020. (veto aos §§ 1º e 4º do art. 1º e arts. 2º e 3º da Lei nº 6621/2020)	28/7/2020 (terça-feira)	PAUTA
36	Chico Vigilante	PL 2.050/2018 SEI: 17789/2020-61	Dispõe sobre a inclusão de insumos produzidos pelos produtores rurais e agricultores do Distrito Federal nos cardápios das entidades públicas e dá outras providências. MENSAGEM Nº 280/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
37	Poder Executivo	PL 1.236/2020 SEI: 18924/2020-96	Institui o Programa Emergencial de Crédito Empresarial do Distrito Federal – PROCRED-DF em enfrentamento aos efeitos econômicos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19 e cria o seu Fundo Garantidor – FG/PROCRED-DF. MENSAGEM Nº 286/2020. (veto ao § 5º do art. 1º, § 8º do art. 3º e §§ 1º, 3º e 4º do art. 8º da Lei nº 6629/2020)	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
38	Cláudio Abrantes	PL 559/2019 SEI: 6543/2020-64	Altera a Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013, que estabelece normas para o transporte de pais ou responsáveis por aluno matriculado na rede pública de ensino que residam nas áreas rurais, nos dias que especifica, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 297/2020. (veto ao inciso II do art. 1º da Lei nº 6634/2020)	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
39	Poder Executivo	PLC 44/2020 SEI: 17350/2020-39	Desafeta área pública de uso comum do povo para criação de lotes na Avenida MN-3 da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, para implementar projeto urbanístico especial referido no art. 104 da Lei Complementar nº 314, de 1º de setembro de	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

			2000, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 293/2020. (veto ao § único do art. 1º da Lei Complementar nº 972/2020)		
40	Chico Vigilante	PL 1.214/2016 SEI: 19494/2020-20	Altera a Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, que institui o serviço de bancas de jornais e revistas e áreas anexas no Distrito Federal e dá outras providências; a Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e trailer para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências; e a Lei nº 4.748, de 2 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a regularização, a organização e o funcionamento das feiras livres e permanentes no Distrito Federal; e dá outras providências. MSG 330/20 – Chico Vigilante. MENSAGEM Nº 301/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
41	Fábio Felix	PL 561/2019 SEI: 20131/2020-37	Estabelece diretrizes para a instituição do Programa de Redução de Danos no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 308/2020. (veto ao art. 6º da Lei nº 6643/2020)	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
42	Martins Machado	PL 1.244/2020 SEI: 18806/2020-88	Dispõe sobre a criação de medida excepcional para proteção social dos atletas, paratletas, técnicos, guias, chamadores e calheiros em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19. MENSAGEM Nº 313/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
43	Jaqueline Silva	PL 1.212/2020 SEI: 16908/2020-69	Dispõe sobre a prorrogação excepcional da validade de documentos e a suspensão das vistorias dos permissionários de transportes escolares do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 312/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
44	Delegado Fernando Fernandes	PL 1.127/2020 SEI: 13826/2020-62	Institui, no Distrito Federal, a obrigatoriedade de os estabelecimentos autorizados pelo governo do Distrito Federal a funcionar no período da pandemia fornecerem máscaras, luvas e álcool em gel, gratuitamente, aos seus funcionários e dá outras providências. MENSAGEM Nº 311/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
45	Arlene Sampaio	PL 665/2019 SEI: 4771/2020-08	Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização, pelas agências bancárias estabelecidas no Distrito Federal, de funcionário exclusivo para atendimento aos idosos nos terminais de autoatendimento. MENSAGEM Nº 309/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
46	Júlia Lucy	PL 1.133/2020 SEI: 14256/2020-28	Dispõe sobre diretrizes para garantias de liberdade individual e proteção de dados pessoais no monitoramento inteligente para combate a pandemias e dá outras providências. MENSAGEM Nº 315/2020	16/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
47	José Gomes	PLC 15/2019 SEI: 7079/2020-23	Altera a redação do art. 2º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o código tributário do Distrito Federal, a fim de adicionar ao art. 2º o inciso IV. MENSAGEM Nº 316/2020	23/9/2020 (quarta-feira)	PAUTA
48	Poder Executivo	PL 1.346/2020 SEI: 26427/2020-61	Suspende os prazos de validade dos concursos públicos homologados e vigentes no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública. MENSAGEM Nº 319/2020. (veto ao § 4º do art. 1º da Lei nº 6662/2020)	16/10/2020 (sexta-feira)	PAUTA
49	Fábio Felix	PL 937/2020 SEI: 4598/2020-30	Dispõe sobre os pontos de apoio para trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte individual privado de passageiros nas regiões administrativas do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 343/2020. (veto ao art. 5º da Lei nº 6677/2020)	6/11/2020 (sexta-feira)	PAUTA
50	Arlene Sampaio	PL 677/2019 SEI: 5346/2020-28	Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 337/2020	6/11/2020 (sexta-feira)	PAUTA
51	Cláudio Abrantes	PL 467/2019 SEI: 8512/2020-48	Institui a Política Distrital para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 351/2020. (veto ao § único do art. 7º da Lei nº 6677/2020)	19/11/2020 (quinta-feira)	PAUTA
52	Prof. Reginaldo Veras	PL 217/2019 SEI: 4373/2020-83	Estabelece diretrizes para a concessão de incentivo financeiro às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. MENSAGEM Nº 348/2020	20/11/2020 (sexta-feira)	PAUTA
53	Poder Executivo	PLC 45/2020 SEI: 17352/2020-28	Altera a Lei Complementar nº 889, de 24 de julho de 2014, que dispõe sobre a composição do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN e dá outras providências. MENSAGEM Nº 360/2020. (veto ao inciso III que acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 975/2020)	4/12/2020 (sexta-feira)	PAUTA
54	João Cardoso	PL 473/2019 SEI: 30181/2020-22	Institui o Sistema de Bibliotecas Escolares do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 374/2020	11/12/2020 (sexta-feira)	PAUTA
55	Poder Executivo	PL 1.196/2020 SEI: 17357/2020-51	Dispõe sobre os empregos em comissão na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb. MENSAGEM Nº 359/2020. (veto ao § 2º do art. 1º e arts. 3º e 4º da Lei nº 6693/2020)	14/12/2020 (segunda-feira)	PAUTA
56	Fábio Felix	PL 232/2019 SEI: 20880/2020-64	Institui a Semana Distrital de Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e dá outras providências. MENSAGEM Nº 393/2020. (veto ao art. 2º da Lei nº 6709/2020)	11/2/2020 (quinta-feira)	PAUTA
57	Poder Executivo	PL 1.496/2020 SEI: 35488/2020-10	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. MENSAGEM Nº 396/2020. (veto aos §§ 3º, 4º e 5º do art. 1º e art. 3º da Lei nº 6711/2020)	16/2/2020 (terça-feira)	PAUTA
58	Jaqueline Silva	PL 948/2020 SEI: 3880/2020-08	Altera a Lei nº 5.532, de 28 de agosto de 2015, que dispõe sobre a divulgação semestral de dados concernentes aos contratos de locação de imóveis firmados pelo Poder Executivo do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 422/2020	22/2/2020 (segunda-feira)	PAUTA
59	Iolando	PL 723/2019 SEI: 5979/2020-36	Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxas pelos serviços de religação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e de abastecimento de água e saneamento básico em caso de corte por falta de pagamento. MENSAGEM Nº 419/2020	22/2/2020 (segunda-feira)	PAUTA
60	Poder Executivo	PLC 58/2020 SEI: 04027/2020-77	Homologa o Convênio ICMS 155/19, de 10 de outubro de 2019, que autoriza as unidades federadas que menciona a instituir programa de anistia de débitos fiscais relativos ao ICMS, e institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – Refis-DF 2020. MENSAGEM Nº 388/2020. (veto ao § 4º do art. 2º, inciso III do art. 4º, §§ 6º e 7º do art. 6º, §§ 1º e 3º do inciso II do art. 7º e art. 17 da Lei Complementar nº 976/2020)	26/2/2020 (sexta-feira)	PAUTA
61	Chico Vigilante e	PL 1.711/2017	Dispõe sobre o cancelamento da inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes de	10/3/2020	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

	Roosevelt Vilela	SEI: 18378/2020-93	Tributos e a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial que, de qualquer forma, adquirir, distribuir, entregar, armazenar, possuir em depósito, transportar, vender ou expuser à venda mercadoria de origem ilícita ou não comprovada e dá outras providências. MENSAGEM Nº 440/2020	(quarta-feira)	
62	Fernando Fernandes	PL 1.176/2020 SEI: 15143/2020-40	Proíbe, nos horários de maior fluxo de veículos, a realização de serviços e obras que afetem ou possam afetar o livre fluxo nas vias urbanas. MENSAGEM Nº 439/2020	10/3/2020 (quarta-feira)	PAUTA
63	Hermeto	PL 991/2020 SEI: 05981/2020-13	Dispõe sobre a utilização de medidor de efluentes para lançamento na rede pública de coleta de esgotos e dá outras providências. MENSAGEM Nº 447/2020	10/3/2020 (quarta-feira)	PAUTA
64	Poder Executivo	PL 1.456/2020 SEI: 32824/2020-72	Dispõe sobre a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV no Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 448/2020. (veto ao § 2º do art. 39 da Lei nº 6744/2020)	11/3/2020 (quinta-feira)	PAUTA
65	Jorge Vianna	PL 439/2019 SEI: 6789/2020-36	Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas. MENSAGEM Nº 450/2020	11/3/2020 (quinta-feira)	PAUTA
66	Poder Executivo	PLC 63/2020 SEI: 38156/2020-97	Altera a Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, que cria o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF e dá outras providências. MENSAGEM Nº 454/2020. (veto ao inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 977/2020)	12/3/2020 (sexta-feira)	PAUTA
67	João Cardoso	PL 770/2019 SEI: 4478/2020-32	Dispõe sobre a instalação de ar-condicionado nos veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF e dá outras providências. MENSAGEM Nº 477/2020	18/3/2020 (quinta-feira)	PAUTA
68	Leandro Grass	PL 967/2020 SEI: 6933/2020-34	Estabelece incentivos para incremento das atividades econômicas lideradas por mulheres no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 493/2020. (veto ao inciso IV do art. 2º e §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 6756/2020)	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
69	Chico Vigilante	PL 450/2019 SEI: 13188/2020-80	Dispõe sobre a divulgação de informações referentes à aplicação de recursos provenientes de multas de trânsito aplicadas no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 497/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
70	Robério Negreiros	PL 1.203/2020 SEI: 17377/2020-21	Restringe, no Distrito Federal, a implantação de portarias virtuais em condomínios habitacionais. MENSAGEM Nº 496/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
71	Reginaldo Sardinha	PL 372/2019 SEI: 06103/2020-15	Dispõe sobre a concessão de porte de arma de fogo para o Agente Socioeducativo do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 500/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
72	Eduardo Pedrosa	PL 34/2019 SEI: 38419/2020-68	Institui diretrizes e dispõe sobre a adoção de medidas em caso de interdição em unidade escolar da rede pública de ensino e dá outras providências. MENSAGEM Nº 506/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
73	Valdelino Barcelos	PL 1.224/2020 SEI: 16952/2020-79	Institui o Programa de Segurança, Revitalização, Conservação, Manutenção e Modernização das paradas de ônibus no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 505/2020	22/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
74	Poder Executivo	PL 1.235/2020 SEI: 18046/2020-17	Dispõe sobre a criação da carreira Atividades Previdenciárias, do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF e dá outras providências. MENSAGEM Nº 521/2020. (veto ao art. 14 da Lei nº 6777/2020)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
75	Rafael Prudente	PL 694/2019 SEI: 33631/2020-39	Garante o direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos a mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 5/2021. (veto ao § 1º do art. 1º da Lei nº 6780/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
76	Poder Executivo	PL 1.490/2020 SEI: 4020/2020-55	Dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da carreira Assistência Pública à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal, e cria a carreira Técnica em Enfermagem no quadro de pessoal do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 18/2021. (veto ao § 2º do art. 4º, § 3º do art. 10, § único do art. 11 e § 2º do art. 13 da Lei nº 6790/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
77	Poder Executivo	PLC 70/2020 SEI: 42325/2020-93	Institui o Fundo de Modernização, Manutenção e Reaparelhamento dos Órgãos de Auditoria de Atividades Urbanas e de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas – Fundafau e dá outras providências. MENSAGEM Nº 17/2021. (veto ao inciso IX do art. 2º e inciso VI do art. 3º da Lei Complementar nº 982/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
78	Poder Executivo	PL 1.637/2020 SEI: 42421/2020-31	Institui o Serviço Voluntário Gratificado. MENSAGEM Nº 19/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
79	Júlia Lucy	PL 1.566/2020 SEI: 20618/2020-10	Institui a política de acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial e dá outras providências. MENSAGEM Nº 23/2021. (veto ao inciso I do art. 7º, arts. 11 e 15 e § único do art. 19 da Lei nº 6794/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
80	Rafael Prudente	PL 1.057/2016 SEI: 7618/2020-24	Dispõe sobre o uso de espaço para colocação de painéis com indicadores de empregos nos terminais de ônibus e dá outras providências. MENSAGEM Nº 28/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
81	Delegado Fernando Fernandes	PL 1.563/2020 SEI: 20478/2020-80	Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de telas de proteção nas janelas que não sejam travadas em todos os apartamentos que não sejam no térreo em que morem crianças, mesmo que eventualmente. MENSAGEM Nº 27/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
82	João Cardoso	PL 984/2020 SEI: 7489/2020-74	Dispõe sobre a instalação de tomadas de energia destinadas a assegurar carga elétrica em baterias de aparelhos de telefonia celular e outros equipamentos eletrônicos nas localidades que especifica e dá outras providências. MENSAGEM Nº 26/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
83	Rafael Prudente	PL 1.955/2018 SEI: 9570/2020-99	Dispõe sobre o custeio de danos materiais causados por apenados, presos e detentos custodiados nos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 25/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
84	Robério Negreiros	PL 510/2019 SEI: 5409/2020-46	Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 24/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
85	José Gomes	PL 957/2020 SEI: 2856/2020-43	Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 40/2021. (veto aos incisos II e III do art. 1º e inciso IX do art. 13 da Lei nº 6805/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
86	Martins Machado	PL 1.120/2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade de toda a rede pública e privada de saúde do Distrito	26/3/2021	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

		SEI: 13639/2020-89	Federal solicitar os dados das pessoas curadas que contraíram o vírus causador da Covid-19 (novo coronavírus), a fim de que sejam enviados os respectivos dados ao sistema próprio disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 43/2021	(sexta-feira)	
87	Eduardo Pedrosa	PL 888/2020 SEI: 4071/2020-13	Altera a Lei nº 6.025, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Distrito Federal, para estimular a participação dos proprietários ou possuidores de imóveis rurais, pessoas físicas ou jurídicas, a aderirem ao Projeto Produtor de Águas – PPA. MENSAGEM Nº 42/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
88	José Gomes	PL 1.207/2020 SEI: 16273/2020-08	Veda a venda casada de produtos e serviços com garantia estendida ou seguro congênere, e assegura direitos ao consumidor do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 47/2021. (veto ao inciso IV do art. 2º da Lei nº 6808/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
89	Eduardo Pedrosa	PL 1.166/2020 SEI: 15145/2020-39	Assegura aos pacientes com doença renal crônica em tratamento de hemodiálise e diálise, bem como aos pacientes com neoplasia maligna em tratamento de quimioterapia e radioterapia, atendimento prioritário para vacina, testes rápidos ou RT-PCR e sorológico para diagnóstico da Covid-19 ou outras doenças virais relacionadas a pandemia, epidemia ou endemia. MENSAGEM Nº 49/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
90	Fernando Fernandes	PL 1.134/2020 SEI: 14220/2020-44	Dispõe sobre o direito dos usuários do sistema de saúde do Distrito Federal, seja ele público ou privado, da garantia de assistência fisioterapêutica, 24 horas, nas unidades de terapia intensiva. MENSAGEM Nº 50/2021	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
91	João Cardoso	PL 972/2020 SEI: 06456/2020-15	Institui a política voltada à plenitude emocional da mulher no campo, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 54/2021. (veto ao art. 5º da Lei nº 6812/2021)	26/3/2021 (sexta-feira)	PAUTA
92	Agaciel Maia	PL 915/2020 SEI: 4200/2020-65	Dispõe sobre a obrigação da administração do Aeroporto Internacional de Brasília de disponibilizar funcionário para auxiliar os idosos na retirada de suas bagagens no momento do desembarque. MENSAGEM Nº 62/2021	29/3/2021 (segunda-feira)	PAUTA
93	Delmasso	PL 1.738/17 SEI: 1374/2021-29	Altera a Lei 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que 'dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal' e dá outras providências. MENSAGEM Nº 72/2021	06/05/2021 (quinta-feira)	PAUTA
94	Fábio Felix	PL 1.569/20 SEI: 1374/2021-29	Altera a Lei nº 6.573, DE 8 DE MAIO DE 2020, de autoria do Poder Executivo, que 'Institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus - Covid-19.' MENSAGEM Nº 79/2021	06/05/2021 (quinta-feira)	PAUTA
95	José Gomes	PL 1.206/20 SEI: 1738/2021-71	Institui a Política de Reciclagem de Resíduos Veiculares – PRRV e dá outras providências. MENSAGEM Nº 98/21	19/05/2021 (quarta-feira)	PAUTA
96	Chico Vigilante	PL 1.668/21 SEI: 18512021-56	Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de comprovante de vacinação contra a Covid-19 em todos os atos administrativos do governo do Distrito Federal, para acesso a qualquer benefício social e para matrícula na rede de ensino pública e privada e dá outras providências. MENSAGEM Nº 104/21	28/05/2021 (sexta-feira)	PAUTA
97	Arlene Sampaio, Chico Vigilante e Fábio Felix	PL 1.725/21 SEI: 2013/2021-08	Institui benefício emergencial para a população em situação de vulnerabilidade social do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 115/21	08/06/2021 (terça-feira)	PAUTA
98	Robério Negreiros	PL 1.620/20 SEI: 2012/2021-55	Altera a Lei nº 5.470, de 23 de abril de 2015, que 'determina a publicação pelos sindicatos, na rede mundial de computadores, das ações e das respectivas prestações de contas relativas às contribuições e às demais verbas recebidas, no âmbito do Distrito Federal'. MENSAGEM Nº 114/21	08/06/2021 (terça-feira)	PAUTA
99	Jaqueline Silva	PL 1.728/21 SEI: 2011/2121-19	Dispõe sobre a transparência e logística de vacinação contra a Covid-19 dos profissionais que trabalham em hospitais públicos e privados no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 113/21	08/06/2021 (terça-feira)	PAUTA
100	Reginaldo Sardinha	PL 1.254/20 SEI: 2010/2121-66	Altera a Lei nº 1.670, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o direito de visita a pacientes internados na rede hospitalar do Distrito Federal, e a Lei nº 2.804, de 25 de outubro de 2001, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Distrito Federal, para incorporar o direito do paciente a teleconsulta, nos casos que especifica. MENSAGEM Nº 112/21	08/06/2021 (terça-feira)	PAUTA
101	Jorge Vianna	PL 1.177/20 SEI: 2117/2021-12	Dispõe sobre a remuneração do Trabalho em Período Definido – TPD em situações de decretação de emergência na saúde pública do Distrito Federal, bem como altera a Lei nº 6.137, de 20 de abril de 2018, que cria a remuneração por Trabalho em Período Definido – TPD e prevê outras medidas para garantir a assistência à saúde no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 131/21	16/06/2021 (quarta-feira)	PAUTA
102	Arlene Sampaio e Leandro Grass	PL 1.387/20 SEI: 8037/2020-26	Estabelece diretrizes a serem observadas na definição da tarifa residencial social dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 132/21	16/06/2021 (quarta-feira)	PAUTA
103	Robério Negreiros	PL 1.322/20 SEI:	Estabelece a isenção da cobrança de diária de estadia de veículos automotores em depósito (pátio legal), para os proprietários que forem retirá-los no mesmo dia do recolhimento pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 133/21	16/06/2021 (quarta-feira)	PAUTA
104	Poder Executivo	PL 1.862/21 SEI: 2110/2021-92	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de táxis, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. (veto parcial ao art. 3º). MENSAGEM Nº 125/21	16/06/2021 (quarta-feira)	PAUTA
105	Agaciel Maia	259/19 SEI: 2418/2021-38	Dispõe sobre a obrigação das operadoras de telefonia fixa ou móvel de garantirem a identificação das chamadas telefônicas, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 153/21	24/06/2021 (quinta-feira)	PAUTA
106	Martins Machado	605/19 SEI: 2492/2021-54	Altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências, para inserir o art. 48-A, a fim de determinar a inclusão, no edital do processo de escolha, de fase de apresentação de documento faltante. MENSAGEM Nº 157/21	02/08/21 (quinta-feira)	PAUTA
107	Fábio Felix	1.706/21	Institui sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação	09/08/21	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

		SEI: 2550/2021-40	da população vacinada no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 162/21	(segunda-feira)	
108	Leandro Grass	1.389/20 SEI: 2551/2021-94	Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem. MENSAGEM Nº 163/21	09/08/21 (segunda-feira)	PAUTA
109	Poder Executivo e Cristiano Araújo	267/15 SEI: 2791/2021-99	Institui o Programa Primeira Infância - PPI, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 175/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
110	Rafael Prudente e Cláudio Abrantes	1.792/21 SEI: 2792/2021-33	Altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS e dá outras providências. MENSAGEM Nº 176/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
111	Robério Negreiros	1.371/20 SEI: 2807/2021-63	Proíbe o uso de elevadores públicos ou privados por criança ou pessoa com deficiência intelectual ou mental sem autonomia plena para o exercício da vida civil, desacompanhada de pessoa maior de 18 anos com capacidade jurídica plena, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 179/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
112	Iolando	25/19 SEI: 2809/2021-52	Dispõe sobre procedimentos para inspeções de pontes e viadutos no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 180/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
113	Iolando	1.218/20 SEI: 17364/2021-52	Proíbe hospitais públicos e privados de recusar o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmação de doença causadora de epidemia, pandemia ou endemia, em caso de decretação de estado de emergência ou calamidade pública, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 181/21	17/08/21 (terça-feira)	PAUTA
114	Poder Executivo e Júlia Lucy	1.903/21 SEI: 3253/2021-11	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte de turismo, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. Veto Parcial aos arts. 2º e 4º. MENSAGEM Nº 192/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
115	Robério Negreiros	1.139/20 SEI: 3247/2021-64	Institui a obrigatoriedade de os hospitais públicos e privados informarem a quantidade de leitos com respiradores e dá outras providências. MENSAGEM Nº 189/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
116	Jaqueline Silva	950/20 SEI: 3258/2021-44	Dispõe sobre a disponibilização de QR Code em todas as placas de obras públicas no Distrito Federal, para leitura e fiscalização eletrônica por dispositivos móveis. MENSAGEM Nº 199/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
117	Jorge Vianna	1.249/20 SEI: 3259/2021-99	Dispõe sobre o desconto tarifário de energia elétrica sobre o consumo decorrente da utilização de aparelhos para tratamento de oxigenoterapia domiciliar, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 200/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
118	Chico Vigilante	2.084/18 SEI: 3329/2021-17	*Altera a Lei nº 3.361, de 15 de junho de 2004, que institui reserva de vagas, nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno, para alunos oriundos de escolas públicas do Distrito Federal, para atualizar o sistema de reserva de vagas no ensino público de nível técnico e superior, à luz da Lei federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. MENSAGEM Nº 213/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
119	Cláudio Abrantes	670/19 SEI: 3337/2021-55	*Institui a cobrança, a título de compensação financeira, pelo uso oneroso de equipamentos de monitoração eletrônica por preso ou apenado no Distrito Federal". MENSAGEM Nº 217/21	10/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
120	Roosevelt Vilela	979/20 SEI: 3430/2021-60	Dispõe sobre a obrigatoriedade de permissionários do serviço de transporte coletivo de passageiros de instalar cabines de proteção nos veículos desse serviço. MENSAGEM Nº 224/21	16/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
121	Delegado Fernando Fernandes	1.331/20 SEI: 3432/2021-59	Estabelece regras para as relações de consumo quando da oferta de cestas básicas por supermercados, hipermercados e demais estabelecimentos comerciais. MENSAGEM nº 225/21.	16/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
122	Poder Executivo	1.818/21 SEI: 3434/2021-48	Dispõe sobre a criação da unidade de conservação denominada Monumento Natural do Rio Descoberto, situada na Região Administrativa de Ceilândia - RA IX. MENSAGEM Nº 227/21	16/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
123	Eduardo Pedrosa	1.143/20 SEI: /2021	Estabelece indicadores e metas progressivas para a administração pública no setor de energia sustentável. Veto parcial ao art. 2º, II; ao art. 3º, I, "a" e "b", II, "b", III, "b", IV, "a" e "b"; e ao art. 5º. MENSAGEM Nº 238/21	16/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
124	Iolando	1.173/20 SEI: 3866/2021-59	Regulamenta no Distrito Federal a Lei federal nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). MENSAGEM Nº 288/21	16/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
125	Rafael Prudente	416/19 SEI: 3666/2021-04	Concede gratuidade de ingresso aos cronistas esportivos ativos, nas áreas de imprensa, nos locais de realização de todo e qualquer evento esportivo no Distrito Federal. Veto Parcial ao art. 2º. MENSAGEM Nº 243/21.	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
126	Eduardo Pedrosa	201/19 SEI: 3897/2021-18	Estabelece diretrizes a serem observadas na formulação da Política Distrital de Atendimento e Diagnóstico às Pessoas com Transtorno de Espectro Autista, no Distrito Federal, e dá outras providências. Veto parcial aos incisos VIII e IX do §1º do art. 2º e ao inciso I do §2º do art. 2º. MENSAGEM Nº 295/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
127	Poder Executivo	1.657/21 SEI: 25355/2021-16	Dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no Distrito Federal e dá outras providências. Veto ao inciso VIII do art. 22. MENSAGEM Nº 302/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
128	Poder Executivo	PLC 77/21 SEI: 21757/2021-41	Dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana - Reurb no Distrito Federal, altera a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências, e altera a Lei nº 5.135, de 12 de julho de 2013, que dispõe sobre alienação de imóveis na Vila Planalto e dá outras providências". Veto parcial ao § 11 do art. 5º e ao § 4º do art. 7. MENSAGEM Nº 228/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
129	Poder Executivo	1.907/21 SEI: 22345/2021-29	Altera a Lei nº 6.421, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações com a cesta básica de alimentos, e dá outras providências. Veto parcial ao art. 2º. MENSAGEM Nº 231/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
130	Poder Executivo	1.735/21	Dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da carreira Assistência Pública à	17/09/21	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

		SEI: 23949/2021-92	Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal, e cria a carreira Gestão e Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal no quadro de pessoal do Distrito Federal. Veto parcial parágrafo único, I e II, do art. 2º, § 2º do art. 15; §§2º do art. 15. MENSAGEM Nº 332/21	(sexta-feira)	
131	Chico Vigilante	1.286/20 SEI: 24076/2021-35	Estabelece regras para as relações de consumo, para coibir oferta enganosa e prática abusiva, e as formas de afixação de preços de combustíveis pelos postos de abastecimento no Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 261/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
132	Arlene Sampaio	1.507/20 SEI: 24078/2021-24	Dispõe sobre a instituição do fomento emergencial de amparo à agricultura familiar do Distrito Federal, para mitigar os impactos socioeconômicos relacionados à pandemia de Covid-19 e a outras situações adversas decorrentes do estado de calamidade pública, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 262/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
133	Chico Vigilante e Ricardo Vale	1.752/17 SEI: 24255/2021-72	Altera a Lei nº 938, de 20 de outubro de 1995, que dispõe sobre a publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, da relação das compras, obras e serviços contratados pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica, Fundacional e das sociedades de economia mista de quaisquer Poderes do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 269/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
134	João Cardoso	353/19 SEI: 24256/2021-17	Altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 270/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
135	Poder Executivo	PLC 34/20 SEI: 24514/2021-65	Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências. Veto parcial ao parágrafo único do art. 9º. MENSAGEM Nº 272/21	17/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
136	Delmaso	1.915/21 SEI: 24665/2021-13	Cria a política pública de participação das organizações da sociedade civil no apoio à manutenção de espaços públicos no Distrito Federal, denominada Nossa Quadra. Veto Parcial parágrafo único do art. 3º e ao art. 7º. MENSAGEM Nº 278/21	20/09/21 (segunda-feira)	PAUTA
137	Delmaso e Rafael Prudente	880/20 SEI: 24687/2021-83	Institui as diretrizes para a Política Distrital de Fomento ao Artesanato Popular e dá outras providências. Veto parcial ao art. 5º. MENSAGEM Nº 287/21	20/09/21 (segunda-feira)	PAUTA
138	Martins Machado	660/19 SEI: 24689/2021-72	Institui diretrizes para a Política Distrital de Incentivo à Geração de Energia no âmbito das unidades do sistema penitenciário do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 290/21	20/09/21 (segunda-feira)	PAUTA
139	Poder Executivo	1.930/21 SEI: 3961/2021-52	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências", o qual se converteu na Lei nº 6.934, de 05 de agosto de 2021. Veto parcial ao inciso IV do art. 13 e § 2º do art. 88; §§ 2º e 3º do art. 14 e art.23; §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 21; art. 22; §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 29; §2º do art. 30; art. 54; arts. 55 e 56; art. 72; art. 75; § 1º do art. 88; itens do Anexo I; itens do Anexo IV; itens do Anexo XIII - Subfunção 243, 181,182 e 183: inadequação técnica e/ou contrariedade ao interesse público. MENSAGEM Nº 304/21	23/09/21 (quinta-feira)	PAUTA
140	CPI (feminicídio)	1.986/21 SEI: 3966/2021-85	Dispõe sobre a isenção temporária de pagamento de tarifa nas linhas de transporte coletivo de ônibus e metrô às mulheres em situação de violência e seus dependentes, no Distrito Federal, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 308/21	23/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
141	Poder Executivo	2.059/21 SEI: 4045/2021-30	Institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos. Veto Parcial ao art. 5º. MENSAGEM Nº 310/21	27/09/21 (sexta-feira)	PAUTA
142	Chico Vigilante	1.797/21 SEI: 4513/2021-76	Torna obrigatória a aquisição de uniformes, por parte do Governo do Distrito Federal e de suas empresas contratadas prestadoras de serviços, das indústrias sediadas no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 327/21	22/10/21 (sexta-feira)	PAUTA
143	Poder Executivo	2.051/21 SEI: 4514/2021-11	Dispõe sobre a autorização para a implantação de tarifa de remuneração distinta da tarifa usuário para o Serviço de Transporte Público Complementar Rural – STPCR e para a Cooperativa Brasileira de Transportes Autônomos, Escolares, Turismo e Especiais do Distrito Federal – Coobrataete, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. Veto Parcial aos arts. 10, 11 e 12. MENSAGEM Nº 328/21	22/10/21 (sexta-feira)	PAUTA
144	Delmaso	1.597/20 SEI: 4732/2021-55	Institui no Distrito Federal o Estatuto da Juventude e dá outras providências ". Veto Parcial aos arts. 10; 12; 19; ao parágrafo único do art. 21; 23; 28; 30; 37; 40 e 47. MENSAGEM Nº 350/21	08/11/21 (segunda-feira)	PAUTA
145	Mesa Diretora	PLC 83/21 SEI: 4867/2021-11	Recepção, no Distrito Federal, o teor da Lei federal nº 14.131, de 30 de março de 2021, dispondo sobre o percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021. MENSAGEM Nº 358/21	16/11/21 (terça-feira)	PAUTA
146	Martins Machado	1.418/20 SEI: 5121/2021-24	Institui a campanha permanente de combate aos golpes financeiros e à violência patrimonial praticados contra pessoas idosas no Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 380/21	30/11/21 (terça-feira)	PAUTA
147	Agaciel Maia	1.229/20 SEI: 5204/2021-13	Dispõe sobre a obrigatoriedade de escolas, creches, berçários, escolas maternas e similares das redes pública e privada de manterem, durante cada turno e em atividades externas, pelo menos 1 funcionário habilitado em curso de procedimentos de primeiros socorros, no Distrito Federal, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 387/21	02/12/21 (terça-feira)	PAUTA
148	Poder Executivo	2.237/21 SEI: 36831/2021-24	Altera a Lei nº 6.421, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas operações com a cesta básica de alimentos. MENSAGEM Nº 401/21. Veto Parcial ao art. 2º	24/12/21 (sexta-feira)	PAUTA
149	Poder Executivo	2.276/21 SEI: 5577/2021-94	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 39.791.190,00. MENSAGEM Nº 413/21. Veto Parcial ao Anexo referente a emenda nº 09	14/02/22 (segunda-feira)	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

150	Chico Vigilante	1.844/21 SEI: 5581/2021-52	Dispõe sobre a dispensa da cobrança de juros e multas moratórias sobre o valor total do IPVA e do IPTU dos exercícios 2020 e 2021, pagos em atraso, no Distrito Federal, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus – Covid-19. MENSAGEM Nº 415/21	14/02/22 (segunda-feira)	PAUTA
151	Roosevelt Vilela	1.672/21 SEI: 5633/2021-91	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços e permissionários de serviços de coleta de resíduos sólidos no Distrito Federal instalarem, nos veículos de coleta, cabines ou suporte adequado e seguro para transporte de trabalhadores e colaboradores e dá outras providências. MENSAGEM Nº 423/21	22/02/2022 (terça-feira)	PAUTA
152	Delmasso	PLC 121/19 SEI: 5616/2021-32	Institui, no Distrito Federal, a Política Pública Brasília Lixo Zero, Arquitetura Sustentável e Energia Renovável e dá outras providências", o qual se converteu na Lei nº 6.982, de 29 de novembro de 2021. MENSAGEM Nº 463/21 Veto Parcial aos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, VII, VIII, X e XX	07/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
153	Hermeto	1.649/20 SEI: 5922/2021-20	Cria o Banco de Dados de Reconhecimento Facial e Digital de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e dá outras providências. MENSAGEM Nº 468/21	07/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
154	Eduardo Pedrosa e Iolando	993/20 SEI: 5924/2021-89	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para pessoas com deficiência. MENSAGEM Nº 476/21	07/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
155	Martins Machado	1.211/20 SEI: 5925/2021-23	Reconhece a atividade comercial de academias de esporte de todas as modalidades como serviços essenciais para a população do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 477 /21	07/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
156	Poder Executivo	2.277//21 SEI: 6101/2021-01	Altera a Lei 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. MENSAGEM Nº 492/21. Veto Parcial ao art. 2º e art. 4. Obs: Rejeitados os Vetos por erro na Sessão Ordinária de 08/03/22 e Declarado Prejudicada a Votação.	14/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
157	Poder Executivo	2.424/21 SEI: 6179/2021-95	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 215.216.667,00. MENSAGEM Nº 498/21. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 16, 17, 27 e 32	14/03/22 (segunda-feira)	PAUTA
158	Poder Executivo	2.252/21 SEI: 6191/2021-08	Altera a Lei nº 6.906, de 19 de julho de 2021, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal e dá outras providências. Veto Parcial aos §§ 1º e 2º do inciso II de seu art. 1º. "MENSAGEM Nº 521/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
159	Poder Executivo	2.419/21 SEI: 6266/2021-42	Institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências. Veto Parcial à alínea "g" do inciso III do art. 1º e aos incisos VII e VII do art. 7º. MENSAGEM Nº 526/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
160	Poder Executivo	2.420/21 SEI: 6268/2021-31	Institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio. Veto Parcial parágrafo único do art. 5º. "MENSAGEM Nº 527/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
161	Poder Executivo	2.421/21 SEI: 6267/2021-97	Altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos. Veto Parcial ao inciso II do art. 1º e ao parágrafo único, acompanhado de seus incisos, do art. 1º. MENSAGEM Nº 523/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
162	Poder Executivo	2.347/21 SEI: 6338/2021-51	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 79.251.385,00. Veto Parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 4, 8, 11, 19, 21, 28, 30, 40, 44. MENSAGEM Nº 546/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
163	Poder Executivo	2.449/21 SEI: 0039/2022-94	Altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP. Veto Parcial ao inciso III do art. 1º. MENSAGEM Nº 565/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
164	Poder Executivo	PLC 97/21 SEI: 0042/2022-16	Homologa o Convênio ICMS 190, de 20 de outubro de 2021, que revigora e altera o Convênio ICMS 155, de 10 de outubro de 2019, que autoriza as Unidades Federadas que menciona a instituir programa de anistia de débitos fiscais relativos ao ICMS na forma que especifica; e institui o Programa de Incentivo à Regularização do ICMS do Distrito Federal – REFIS-DF 2021. Veto Parcial aos arts. 11 e 12. MENSAGEM Nº 569/21	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
165	Hermeto	1.651/20 SEI: 0108/2022-60	Disciplina o uso de veículos aéreos não tripulados pelas unidades operacionais da Polícia Militar e pelos demais órgãos de segurança pública no Distrito Federal. Veto Parcial ao art. 3º. MENSAGEM Nº 16/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
166	Poder Executivo	PLC 100/21 SEI: 0108/22-60	Altera a Lei Complementar nº 925, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao art. 1º, no tocante ao inciso IX do § 2º do art. 2º da LC nº 925/2017, e ao art. 2º. MENSAGEM Nº 17/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
167	Robério Negreiros	1.320/20 SEI: 0110/2022-39	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de sessão de cinema adaptada a pessoas com transtorno do espectro autista e suas famílias, no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 18/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
168	Poder Executivo	2.224/21 SEI: 0142/2022-34	Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2022. Veto Parcial as programações 28.846.0001.9099.0006 – Revisão Geral da Mensagem GAG/CJ 77558810 SEI 00040-00032580/2021-98 / pg. 1 Remuneração dos Servidores - Distrito Federal", no valor de R\$ 39.374.453,00 e "03.122.8211.6195.0008 – Concessão de Planos de Saúde aos Servidores - Distrito Federal", no valor de R\$ 5.000.000,00. MENSAGEM Nº 20/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
169	Poder Executivo	PLC 88/21 SEI: 0178/2022-18	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul – CLS, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I. Veto Parcial ao art. 2º, inciso III, alínea "c" e § 3º; ao art. 7º, caput e §§ 1º, 2º e 3º; e ao	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

			art. 25, § 4º. MENSAGEM Nº 24 /22		
170	Poder Executivo	PLC 99/21 SEI: 0179/2022-62	Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais; e a Lei nº 5.190, de 25 de setembro de 2013, que dispõe sobre a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao inciso III do art. 1º; ao art. 2º em sua totalidade; e ao Anexo Único MENSAGEM Nº 25/22	18/03/22 (sexta-feira)	PAUTA
171	Poder Executivo	PLC 72/20 SEI: 1454/2022-645	Altera a Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Veto Parcial ao Art. 1º inciso II. MENSAGEM Nº 58/22	09/05/22 (segunda-feira)	PAUTA
172	Poder Executivo	2.553/22 SEI: 1815/2022-73	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 174.151.567,00. Veto Parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 68, 83, 173, 178, e 207 MENSAGEM Nº 120 /22	23/05/22 (segunda-feira)	PAUTA
173	Defensoria Pública do Distrito Federal	PLC 116/22 SEI: 1832/2022-73	Acrescenta o dispositivo que menciona à Lei Complementar nº 980, de 30 de dezembro de 2020, que institui a Política de Atendimento Integrado da Defensoria Pública do Distrito Federal e dá outras providências, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 122/22	23/05/22 (segunda-feira)	PAUTA
174	Poder Executivo	2.557/22 SEI: 15314/2022-01	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 71.148.965,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 43, 45 e 46. MENSAGEM Nº 126/22	31/05/22 (terça-feira)	PAUTA
175	Poder Executivo	PLC 69/20 SEI: 17525/2022-70	Altera a Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências, e dá outras providências. Veto Parcial o aos incisos XXI e XXXVI, do seu art. 1º MENSAGEM Nº 136/22	15/06/22 (quarta-feira)	PAUTA
176	Poder Executivo	2.589/22 SEI: 2461/2022-84	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 88.512.180,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 6, 16, 17, 19, 53, 103. MENSAGEM Nº 138/22	23/06/22 (quarta-feira)	PAUTA
177	Prof. Reginaldo Veras	1.880/21 SEI: 2653/2022-91	Assegura ao consumidor do Distrito Federal o direito de solicitar a mudança de dados nas faturas de serviços essenciais de fornecimento de água e energia elétrica, nos casos que especifica. Veto Parcial ao art. 3º e ao inciso VII do art. 4º. MENSAGEM Nº 154/22	01/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
178	João Cardoso	1.912/21 SEI: 2716/2022-17	Altera a denominação dos cargos de Técnico de Gestão Educacional, Analista de Gestão Educacional, Monitor de Gestão Educacional e Agente de Gestão Educacional, bem como altera a Lei nº 5.106, de 3 de maio de 2013, que dispõe sobre a carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao art. 9º. MENSAGEM Nº 161/22	05/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
179	Robério Negreiros	1.703/21 SEI: 2784/2022-78	Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 164/22	05/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
180	Leandro Grass	2.064/21 SEI: 2782/2022-89	Institui a Política Distrital de Dados Abertos e Transparência Ativa. MENSAGEM Nº 165/22	05/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
181	Poder Executivo	2.539/22 SEI: 2820/2022-01	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 504.897.965,00. Veto Parcial ao parágrafo único do art. 1º. MENSAGEM Nº 168/22	12/08/22 (sexta-feira)	PAUTA
182	Poder Executivo	2.711/22 SEI: 2948/2022-67	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 47.570.903,00. Veto Parcial ao Anexo referente as emendas nºs 34, 58, 66, 75, 94, 95, 96 e 97. MENSAGEM Nº 174 /22	15/08/22 (segunda-feira)	PAUTA
183	Poder Executivo	2.709/22 SEI: 3056/2022-83	Altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, e dá outras providências. Veto Parcial ao inciso V do art. 5º, constante no inciso I do art. 1º. MENSAGEM Nº 176/22	23/08/22 (terça-feira)	PAUTA
184	Poder Executivo	2.558/22 SEI: 3055/2022-39	Altera as Leis nº 6.468, de 27 de dezembro de 2019, que reformula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II, cria o Programa Desenvolve-DF, regulariza situações consolidadas oriundas de programas de desenvolvimento anteriores e dá outras providências; nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, que complementa dispositivos do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal – PRÓ-DF II, aprovado pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; nº 4.169, de 8 de julho de 2008, que altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; e nº 4.269, de 15 de dezembro de 2008, que dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos programas de desenvolvimento econômico PROIN-DF, PRODECON-DF, PADES-DF e PRÓ-DF e dá outras providências, e dá outras providências. Veto Parcial ao § 2º art. 1º, inc. VIII do §1º do art. 5º, : inc. III do §4º do art. 7º, : incs. V, VII, VIII, XVII e XXIV do art. 8º, Art. 12 e 14. MENSAGEM Nº 179/22	23/08/22 (terça-feira)	PAUTA
185	Poder Executivo	809/19 SEI: 3076/2022-54	Cria o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan e dá outras providências. Veto parcial ao §2º do art. 8º; aos §§1º e 2º do art. 9º; ao art. 11; e ao art. 16. MENSAGEM Nº 181/22	23/08/22 (terça-feira)	PAUTA
186	Poder Executivo	2.312/21 SEI: 24860/2022-24	Dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal e dá outras providências. Veto Parcial ao inciso VII do art. 4º; ao art. 5º; e ao art. 6º. MENSAGEM Nº 182/22	25/08/22 (terça-feira)	PAUTA
187	Poder Executivo	2.397/22 SEI: 24870/2022-60	Altera a Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências; e a Lei nº 6.225, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários e a reinstituição dos benefícios que especifica, homologa o Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, e dá outras	25/08/22 (terça-feira)	PAUTA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

			providências. Veto Parcial ao inciso III do art. 79-A acrescido pelo inciso II do art. 1º do PL nº 2.397/22. MENSAGEM Nº 183/22		
188	Poder Executivo	2.761/22 SEI: 4010/2022-81	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências. Veto Parcial ao : - X do art. 3º; XI e §§ 2º e 3º do art. 21; - §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 27 e §3º do art. 28; - Art. 29; Art. 34; - II e III do art. 35 e art. 52; - Art. 54 e alínea e) do §6º do art. 57; - §4º do art. 62; - VETOS A ITENS DO ANEXO I, VETOS A ITENS DO ANEXO IV, VETOS A ITENS DO ANEXO V, VETOS A ITENS DO ANEXO XI, VETOS A ITENS DO ANEXO XIII MENSAGEM Nº 229/22- Obs : Apreciados os Vetos Parciais aos itens do Anexo I e os Itens 2.15.1; 2.15.2; 2.16.1; 2.16.2; 2.17.1; 2.17.2 do Anexo IV – Rejeitados em 09/08/22 Sessão Ordinária de 23/08/22: Anexo IV Itens 2.2.23; 2.3.12; 2.3.13; 2.7.6; 2.7.7; 2.7.8; 2.10.4; 2.10.5; 2.26.4; 2.27.3 (Fábio Felix) e Anexo XI itens 5.1; 5.2; 5.3 e 5.4 (Delmasso) - Rejeitados	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
189	Poder Executivo	PLC 120/22 SEI: 3871/2022-42	Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências com fundamento no art. 52 da Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017, e altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. Veto Parcial ao aos incisos I, VII e VIII do art. 1º; e ao § 9º acrescido pelo inciso X do art. 1º. MENSAGEM Nº 226/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
190	Poder Executivo	2.749/22 SEI: 3534/2022-55	Dispõe sobre o programa de acesso à justiça e fomento ao advogado iniciante. Veto Parcial ao o parágrafo único, do art. 2º; ao inciso I, do art. 3º; e ao § 2º, do art. 8º. MENSAGEM Nº 202/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
191	Poder Executivo	2.832/22 SEI: 3814/2022-63	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 98.426.441,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e um reais). Veto Parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 28, 86, 115, 125, 164 e 177. MENSAGEM Nº 218/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
192	Delmasso	PLC 109/22 SEI: 3871/2022-42	Altera a Lei Complementar nº 937, de 22 de dezembro de 2017, que altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e dá outras providências. Veto Parcial aos arts 3º e 4º. MENSAGEM Nº 227/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
193	Júlia Lucy	2.383/21 SEI: 3895/2022-00	Altera a Lei nº 2.402, de 15 de junho de 1999, que institui o Programa Bolsa Atleta, unificando os valores da bolsa destinada aos atletas e paratletas beneficiários do Programa Bolsa Atleta, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 228/22	19/09/22 (segunda-feira)	PAUTA
194	Poder Executivo	2.903/22 SEI: 4806/2022-34	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 20.910.705,00. Veto Parcial aos Anexos referentes as emendas nºs 19 e 46. MENSAGEM Nº 252/22	16/11/22 (quarta-feira)	PAUTA
195	Roosevelt Vilela	2.886/22 SEI: 5102/2022-89	Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados do Distrito Federal, com medidas necessárias para dar cumprimento e efetividade aos arts. 6º, XI e XII; 52, §2º; e 54-D da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 "MENSAGEM Nº 262/22	5/12/22 (segunda-feira)	PAUTA
196	Agaciel Maia	2.952/22 SEI: 5195/2022-22	Regulamenta, no Distrito Federal, a aplicabilidade da Lei federal nº 14.282, de 28 de dezembro de 2021, que regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista "MENSAGEM Nº 2	12/12/22 (segunda-feira)	PAUTA
197	Poder Executivo	2.896/22 SEI: 5723/2022-62	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 54.044.553,00. Veto Parcial aos Anexos referente as emendas nºs : 6, 57, 74, 75, 78, 82, 83, 91, 92, 93, 96, 98, 108, 109, 110, 112 e 114. Mens. 288/22	02/03/23 (quinta-feira)	
198	Poder Executivo	PLC 113/22 SEI: 5966/2022-09	Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. MENSAGEM Nº 302/22	15/03/23 (quarta-feira)	
199	Poder Executivo	2.944/22 SEI: 5969/2022-34	Altera a Lei nº 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Veto Parcial a parte do Anexo IV referente ao item 2.2.33 - MENSAGEM Nº 306/23	15/03/23 (quarta-feira)	
200	Poder Executivo	2.945/22 SEI: 5971/2022-11	Altera a Lei nº 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Veto Parcial ao Anexo IV referente ao item 2.2.31 e 2.2.32. MENSAGEM Nº 307 /22	15/03/23 (quarta-feira)	
201	João Cardoso	3.057/22 SEI: 5985/2022-24	"Reconhece as atividades dos Centros de Iniciação Despor) (CID) como atividades profissionalizantes no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 314/23	15/03/23 (quarta-feira)	
202	Jaqueline Silva	2.416/21 SEI: 6005/2022-11	"Instrui o projeto Escola Aberta, que fomenta a prática de atividades culturais e esportivas aos finais de semana nas escolas da rede pública do Distrito Federal. MENSAGEM Nº 315/22	15/03/23 (quarta-feira)	
203	Poder Executivo	3.015/22 SEI: 6050/2022-68	Altera a Lei 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, para prorrogar excepcionalmente mandatos de diretores, vice-diretores e conselheiros escolares e dar outras providências. Veto Parcial ao § 2º do art. 64-G, acrescentado pelo inciso V do art. 1º do PL nº 3.015/2022 MENSAGEM Nº 316/22	15/03/23 (quarta-feira)	
204	Delmasso	2.713/22 SEI: 6032/2022-86	Instrui a polícia pública distrital destinada ao resgate de jovens vítimas de violência sexual, denominada Vira Vida. Veto Parcial ao art. 6. MENSAGEM Nº 319/22	15/03/23 (quarta-feira)	
205	Chico Vigilante	2.193/21 SEI: 6033/2022-21	Dispõe sobre a disponibilização de informações relativas ao Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências. MENSAGEM Nº 320/22	15/03/23 (quarta-feira)	
206	Jaqueline Silva	2.279/21 SEI: 6034/2022-75	"Dispõe sobre a exibição de informações sobre pontos turísticos de Brasília nas telas de cinema no Distrito Federal. MENSAGEM Nº 321/22	15/03/23 (quarta-feira)	

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Fontes: Sistema Legis, SACP, SACT, PLE, SEI, Comissões Permanentes e Temporárias e SPL.

207	Poder Executivo LOA	2.992/22 SEI: 0037/2023-86	estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2023. MENSAGEM Nº 322/22	15/03/23 (quarta-feira)	
208	Cláudio Abrantes	2.228/21 SEI: 0105/2023-15	Institui o Selo Fiscal de Controle e Procedência e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência da água mineral natural, potável de mesa ou adicionada de sais em circulação e comercialização no Distrito Federal, ainda que proveniente de outra unidade da Federação, e dá outras providências. MENSAGEM Nº 02/23	15/03/23 (quarta-feira)	
209	Hermeto	2.822/22 SEI: 0109/2023-95	*Acrescenta as especialidades de Educador Físico, Direito e Legislação, Químico e Médico Veterinário ao Anexo IV da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004. MENSAGEM Nº 06/23	15/03/23 (quarta-feira)	
210	Poder Executivo	3.049/22 SEI: 01102/2023-64	Acrescenta as especialidades de Educador Físico, Direito e Legislação, Químico e Médico Veterinário ao Anexo IV da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004. Veto Parcial aos §§1º e 2º do art. 1º. MENSAGEM Nº 07/23	15/03/23 (quarta-feira)	
211	Júlia Lucy	2.457/21 SEI: 0169/2023-16	*Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências. MENSAGEM Nº 12/23	15/03/23 (quarta-feira)	
212	Agaciel Maia	3.041/22 SEI: 0301/2023-81	Dispõe sobre a extensão da indenização de transporte aos servidores que especifica e dá outras providências. MENSAGEM Nº 18/23	15/03/23 (quarta-feira)	
213	Poder Executivo	3.058/22 SEI: 0280/2023-02	e abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 13.530.973,00. Veto Parcial aos Anexos referente as emendas nºs 04 e 06 MENSAGEM Nº 20/23	15/03/23 (quarta-feira)	
214	Eduardo Pedrosa e Robério Negreiros	150/19 SEI: 0599/2023-20	Assegura o direito de liberação de entrada de animais de estimação em hospitais públicos para visitas a pacientes internados e dá outras providências. MENSAGEM Nº 22/23	15/03/23 (quarta-feira)	
215	Iolando	1.497/21 SEI: 0611/2023-04	Dispõe sobre a criação do Cadastro Distrital de Inclusão da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Mens. nº 27/23	15/03/23 (quarta-feira)	
216	Reginaldo Veras	1.767/21 SEI: 629/2023-06	Assegura ao usuário de serviço público, no Distrito Federal, o direito ao atendimento virtual adequado de suas demandas. Veto Parcial aos arts. 4º, 5º e 9º. Mens. nº 28/23	15/03/23 (quarta-feira)	
217	Eduardo Pedrosa	2.103/21 SEI: 0630/2023-22	Denomina Avenida Jóquei Clube a Estrada Parque Vale – EPVL localizada na DF-087 na Região Administrativa de Vicente Pires – RA XXX. Veto Parcial ao art. 1º. Mens. nº 29/23	15/03/23 (quarta-feira)	
218	Agaciel Maia	3.075/22 SEI: 0638/2023-33	Altera a Lei nº 7.098, de 02 de abril de 2022 que cria a Gratificação de Atividades de Vigilância Ambiental em Saúde – Gavas, para os Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências. Mens. nº 33/23	15/03/23 (quarta-feira)	
219	Jorge Vianna	2.784/22 SEI: 640/2023-68	*Dispõe sobre as diretrizes das ações de segurança pública no âmbito do Sistema de Saúde do Distrito Federa. Mens. nº 35/23	15/03/23 (quarta-feira)	
220	Mesa Diretora	3.048/22 SEI: 1480/2023-74	Institui a Gratificação de Atividade de Risco – GAR para as carreiras que especifica e dá outras providências. Mens. nº 45/23	18/04/23 (terça-feira)	
221	Agaciel Maia	3.055/22 SEI: 1479/2023-40	Dispõe sobre a reestruturação e o desmembramento da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária em Saúde, altera a Lei nº 5.237, de 16 dezembro 2013, e dá outras providências. Mens. nº 46/23	18/04/23 (terça-feira)	
222		SEI: /2023-	Mens. nº		